



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA
MESTRADO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

PATRÍCIA ALVES DA CRUZ

**COMPORTAMENTO ELEITORAL: UMA ANÁLISE COMPARADA DAS
ELEIÇÕES MUNICIPAIS 2008 DE SÃO PAULO E SALVADOR**

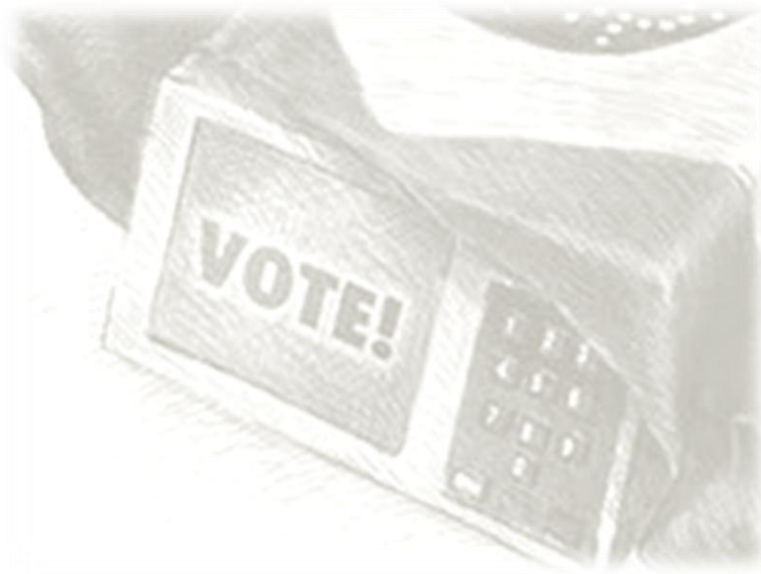
CURITIBA
2013

PATRÍCIA ALVES DA CRUZ

**COMPORTAMENTO ELEITORAL: UMA ANÁLISE COMPARADA DAS
ELEIÇÕES MUNICIPAIS 2008 DE SÃO PAULO E SALVADOR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Paraná, como parte da exigência para a obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Orientadora: Prof^a Dra. Luciana Fernandes Veiga



CURITIBA
2013

TERMO DE APROVAÇÃO

PATRÍCIA ALVES DA CRUZ

COMPORTAMENTO ELEITORAL: UMA ANÁLISE COMPARADA DAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS 2008 DE SÃO PAULO E SALVADOR

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em Ciência Política, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Orientador: Professora Dra Luciana Veiga Fernandes

Departamento de Pós-Graduação em Ciência Política, UFPR

Professor Dr Emerson Urizzi Cervi

Departamento de Pós-Graduação em Ciência Política, UFPR

Professora Dra Helcimara Telles

Departamento de Ciência Política, UFMG

Curitiba, 15 de março de 2013.

Dedico este trabalho ao meu filho Mateus.

AGRADECIMENTOS:

Ao final dessa etapa tenho muitas pessoas para agradecer. Início agradecendo ao Programa de Pós-graduação em Ciência Política, da Universidade Federal do Paraná, aos professores, em especial a minha orientadora Luciana Fernandes Veiga pelo auxílio na delimitação da pesquisa e as inúmeras correções que realizou, ao Professor Renato Monseff Perissinotto e aos professores da banca de qualificação, Emerson Urizzi Cervi e Nelson de Souza do Rosário. Agradeço ainda aos membros da banca examinadora novamente Emerson e Luciana e a Helcimara Telles que aceitou prontamente o convite para participar desta banca.

Agradeço ao programa CAPES/REUNI pelo apoio financeiro, no primeiro ano do mestrado e aos demais funcionários do programa.

As minhas colegas da pós-graduação Ariane, Clicéia e Michele. E especialmente a Milian pela hospedagem nas primeiras semanas de aula e pela revisão desta dissertação.

Agradeço aos meus amigos de Canoinhas – que sempre acreditaram em mim – Luci, Walter e Eduardo.

A minha família, meus pais, Elizabeth e Wilmar, que sempre me deram apoio financeiro e pessoal. Obrigada mãe e pai por acreditarem em mim, sem vocês a conclusão dessa etapa seria quase “impossível”. Agradeço pai e mãe pela disponibilidade de sempre. Agradeço também aos meus irmãos, Juliane e Rafael pela amizade e pelo amor que nunca irá nos separar. Ah, dedico este trabalho ao meu sobrinho Pedro, que me deu entusiasmo para a conclusão da dissertação.

Agradeço ao meu noivo, Rafael que tive a felicidade de conhecê-lo no decorrer do mestrado. Agradeço-te, pelo companheirismo, pela paciência, pelo apoio durante toda dissertação, especialmente apoio quantitativo, por ter tido a paciência de me ensinar até mesmo quando eu não tinha paciência de aprender. Obrigada meu amor por você ter acreditado em mim, quando nem eu mesma acreditava. Te amo Rafael

Por fim, agradeço ao meu filho Mateus meu companheiro e amigo. Que aceitou a “aventura” de mudar de cidade, compartilhar comigo a vida acadêmica e que apesar de ainda ser criança compreendeu a importância do mestrado para nossas vidas. Mateus você é meu “porto seguro”. Rafael e Mateus vocês são as razões da minha vida.

RESUMO:

Explicar o comportamento eleitoral tem sido uma das preocupações da ciência política. A eleição municipal é o “locus” do processo eleitoral, momento no qual é possível perceber as particularidades do voto e as variáveis que tem maior influência para o resultado final do pleito local. A presente dissertação tem por objetivo fazer uma análise dos condicionantes do voto em São Paulo e em Salvador, nas eleições de 2008. A questão a ser respondida é se, em municípios que possuem características sociais e econômicas opostas o eleitor age/direciona seu voto de maneira; ou se, a avaliação de governo é variável importante para a escolha eleitoral, independente do contexto em que está inserido. A análise foi realizada a partir de pesquisa de intenção de voto, realizada em 2008, pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística – Ibope e pelo Instituto Datafolha, na qual analisamos o impacto das variáveis sociodemográficas e de avaliação das administrações na decisão do voto. Primeiramente, concluiu-se que os fatores explicativos para a decisão do voto foram diferentes nas duas capitais. Em São Paulo, as variáveis sociodemográficas tiveram impacto na decisão do voto, o que ocorreu em menor intensidade em Salvador. O que as duas capitais apresentaram em comum foi a importância das variáveis satisfacionistas, com ênfase na satisfação com a administração municipal.

Palavras – Chave: Eleições Municipais. Comportamento Eleitoral, Voto.

ABSTRACT:

Explaining voting behavior has been a concern for political science. Municipal elections are the 'locus' of the electing process, when it is possible to notice the particularities of voting and the variables which exert greater influence in the final result of the local elections. This dissertation aims to present a comparative analysis about the importance of voting in São Paulo and in Salvador, for the 2008 elections. The guiding question here is whether in cities with opposition social and economic characteristics voters direct their vote in different ways; or whether the evaluation of the government is a determining factor for the electing decision, independent of the context it is part of. This analysis was based on a 2008 voting intentions survey performed by Ibope (Brazilian Institute for Public Opinion and Statistics) and by Datafolha Institute, from which we analyzed the impact of sociodemographic variables and the evaluation of governments from the three levels of the federation on the voting decision. Our first conclusion was that the determining factors for the electing decision were different from one city to the other. In São Paulo the sociodemographic variables had a more significant impact for the voting decision, which did not occur in Salvador. One thing that both capitals had in common was the importance of satisfactoral variables for the vote, with an emphasis on the level for which an office is undergoing the election process.

Keywords: Municipal Elections. Voting Behavior, Vote.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES:

GRÁFICO 1 – PRINCIPAIS PARTIDOS NA DISPUTA ELEITORAL EM SÃO PAULO 1 ^{OS} TURNOS.....	37
GRÁFICO 2 – PRINCIPAIS PARTIDOS NA DISPUTA ELEITORAL EM SÃO PAULO 2 ^{OS} TURNOS.....	40
GRÁFICO 3 – PRINCIPAIS PARTIDOS NA DISPUTA ELEITORAL EM SALVADOR 1 ^{OS} TURNOS.....	42
GRÁFICO 4 – PRINCIPAIS PARTIDOS NA DISPUTA ELEITORAL EM SALVADOR 2 ^{OS} TURNOS.....	46
GRÁFICO 5 – EVOLUÇÃO DA INTENÇÃO DE VOTO 1ª TURNO DE SÃO PAULO.....	51
GRÁFICO 6 – PESQUISA DE INTENÇÃO DE VOTO 2ª TURNO DE SÃO PAULO.....	59
GRÁFICO 7 – EVOLUÇÃO DA INTENÇÃO DE VOTO 1ª TURNO DE SALVADOR	68
GRÁFICO 8 – EVOLUÇÃO DAS INTENÇÕES DE VOTO 2ª TURNO.....	76

LISTA DE TABELAS:

TABELA 1 – RESULTADO DO 1ª TURNO SÃO PAULO	52
TABELA 2 – VARIÁVEIS SOCIODEMOGRÁFICAS DO 1ª TURNO	53
TABELA 3 – VARIÁVEIS SATISFACIONISTAS DO 1ª TURNO	54
TABELA 4 – MODELO DE REGRESSÃO 1ª TURNO DE SÃO PAULO	56
TABELA 5 – RESULTADO DO 2ª TURNO DE SÃO PAULO.....	60
TABELA 6 – VARIÁVEIS SOCIODEMOGRÁFICAS DO 2ª TURNO	61
TABELA 7 – VARIÁVEIS SATISFACIONISTAS DO 2ª TURNO	62
TABELA 8 – MODELO DE REGRESSÃO BINÁRIA – VOTO EM KASSAB 2ª TURNO DE SÃO PAULO.....	64
TABELA 9 – MODELO DE REGRESSÃO BINÁRIA – VOTO EM MARTA 2ª TURNO DE SÃO PAULO.....	65
TABELA 10 - RESULTADO 1ª TURNO DE SALVADOR	69
TABELA 11 – VARIÁVEIS SOCIODEMOGRÁFICAS 1ª TURNO DE SALVADOR.....	70
TABELA 12 – VARIÁVEIS SATISFACIONISTAS 1ª TURNO DE SALVADOR.....	71
TABELA 13 – MODELO DE REGRESSÃO DE SALVADOR 1ª TURNO DE SALVADOR	73
TABELA 14 – RESULTADO DO 2ª TURNO	76
TABELA 15 – VARIÁVEIS SOCIODEMOGRÁFICAS 2ª TURNO DE SALVADOR.....	77
TABELA 16 -VARIÁVEIS SATISFACIONISTAS 2ª TURNO DE SALVADOR	78
TABELA 17 – MODELO DE REGRESSÃO BINÁRIA – VOTO EM JOÃO HENRIQUE	79
TABELA 18 - MODELO DE REGRESSÃO BINÁRIA – VOTO EM WALTER PINHEIRO.....	80

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS:

ACM – Antonio Carlos Magalhães
BA – Bahia
DATAFOLHA – Datafolha Instituto de Pesquisas
DEM – Democratas
IBOPE – Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística
PAN – Partidos dos Aposentados da Nação
PCB - Partido Comunista Brasileiro
PC do B – Partido Comunista do Brasil
PCO – Partido da Causa Operária
PDS- Partido Democrático Socialista
PDT - Partido Democrático Trabalhista
PFL – Partido da Frente Liberal
PGT – Partido Geral do Trabalho
PL – Partido Liberal
PHS – Partidos Humanista da Solidariedade
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMN - Partido da Mobilidade Nacional
PP – Partido Progressista
PPS – Partido Popular Socialista
PV - Partido Verde
PRTB – Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PRN – Partido Republicano Nacional
PRP – Partido Republicano Progressista
PSC – Partido Social Cristão
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PSOL – Partido Socialismo e Liberdade
PT – Partido dos Trabalhadores
PTC – Partido Trabalhista Cristão
PTR – Partido Trabalhista Renovador
SP – São Paulo

TRE - Tribunal Regional Eleitoral

PIB – Produto Interno Bruto

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano.

SUMÁRIO:

Introdução:	15
Teorias do Comportamento Eleitoral:	19
Teoria Sociológica	20
Teoria da Escolha Racional	26
Contextualizando as Disputas Eleitorais:	31
Histórico da disputa eleitoral em São Paulo	31
Histórico da disputa eleitoral em Salvador	36
Metodologia:	44
Eleições Municipais de 2008:	47
Eleição Municipal de São Paulo	47
O Primeiro Turno	47
O Segundo Turno	57
Síntese de São Paulo	63
A Eleição Municipal de Salvador	65
O Primeiro Turno	65
O Segundo Turno	73
Síntese de Salvador	78
Considerações Finais:	81
Referências Bibliográficas:	83
Apêndice metodológico:	87

Introdução:

O comportamento eleitoral tem sido uma das preocupações mais recorrentes na ciência política desde a implantação do sufrágio universal. A eleição municipal é um dos espaços mais interessantes a ser estudado, pois nessa instância do processo eleitoral é possível perceber as particularidades do voto e as variáveis que têm maior influência para o resultado final do pleito, partindo do contexto socioeconômico e de fatores conjunturais.

A importância das análises das disputas municipais se dá pelo caráter localista de tais pleitos, sendo justificada por Trounstine (apud Veiga et al, 2011) a partir dos seguintes aspectos: 1) o nível local é fonte de numerosos resultados políticos importantes para as diferentes esferas de decisão; 2) os resultados da análise podem trazer novos desafios e avanços metodológicos; e, por fim, 3) a análise eleitoral na esfera municipal pode ampliar e diversificar o nicho de problemas e questões que as pesquisas, a partir de contextos mais abrangentes, como eleições presidenciais, não podem oferecer.

Além das razões já expostas por Troustine (2009), a análise do cenário político local é importante porque apresenta uma dinâmica e fatores distintos da relação candidato e eleitor, tais como: a presença de oligarquias, relações de amizade e troca de favores e, além das razões anteriormente descritas, as eleições municipais evidenciam características do contexto municipal que não são perceptíveis nas eleições presidenciais.

Telles (2008) argumenta que é importante verificar a lógica do eleitor no período pós-redemocratização, para responder se essa lógica ainda segue baseada em clivagens econômicas e sociais. Outra variável que é válida para analisar o comportamento do eleitor em esferas municipais é quanto à sua racionalidade em contextos microssociais, isto é, de que forma a racionalidade do eleitor se articula com os aspectos da política local.

A partir de 1988, com o processo de redemocratização, dois elementos tiveram impacto no cenário político eleitoral. O primeiro foi a permissão para que as eleições em municípios com mais 200 mil eleitores fossem realizadas em dois turnos, e o segundo, em 1997, foi a aprovação da Emenda Constitucional n.º 16 que permitiu a reeleição.

Diante do exposto, algumas questões se impõem, a primeira delas diz respeito aos escassos estudos sobre a dinâmica das eleições municipais ao longo dos mais de 20 de pós-redemocratização se comparados com o número de estudos sobre as eleições presidenciais. Outra questão diz respeito ao peso das variáveis demográficas, pois será que as diferenças socioeconômicas afetam uma eleição, cujos temas são locais e próximos do eleitor, assim como é comum constatar nas eleições presidenciais? Quais as interferências que as outras avaliações de governos (Governador e Presidente) exercem no processo de decisão do voto?

Frente aos questionamentos acima, a presente dissertação tem por objetivo fazer uma análise comparada sobre os determinantes do voto em duas capitais brasileiras: São Paulo e Salvador, na eleição municipal de 2008. Para tanto, essas duas cidades foram selecionadas como objeto de estudo dado o pressuposto de que esses municípios possuem características socioeconômicas e realidades políticas distintas, que tendem a interferir em algum grau no processo eleitoral. São Paulo é a capital brasileira que possui o maior Produto Interno Bruto (PIB)¹ e o 7.º Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)², representando 0,828, enquanto Salvador ocupa a 8.ª posição no PIB nacional e a 13.ª posição no IDH nacional (0,792), sendo que esses índices representam características sociodemográficas. Dessa forma, temos uma justificativa para a análise do comportamento dos eleitores nas duas capitais - São Paulo e Salvador – pois a partir do IDH e PIB apresentam características razoavelmente distintas.

No aspecto político, quando temos a segunda justificativa para a escolha, destacamos a importância da revezamento do poder. Nas eleições municipais, em locais em que revezamento do poder é menor, onde a máquina da patronagem política vai se constituindo e se consolidando, maior será a possibilidade de desenvolvimento de políticas clientelistas.

Tendo em mente que a abordagem sociológica de explicação para o voto enfatiza o peso do contexto social e cultural na definição do voto e que explicações não marxistas desta abordagem chamam a atenção para a identificação dos eleitores com seus representantes a partir de contextos sociais e a despeito da identidade de classe,

¹ O Produto Interno Bruto - PIB – representa a soma de bens e serviços produzidos em uma determinada região. O PIB é utilizado para mensurar a atividade econômica da região.

² O IDH é utilizado para analisar a qualidade de vida da população. Para se chegar ao índice, os critérios utilizados são: grau de escolaridade, renda e saúde.

poderíamos esperar que fatores sócio-demográficos viessem a determinar o voto nos dois pleitos, ainda que de maneira diferente.

No entanto, o estudo das disputas nestas duas capitais em 2008 traz mais uma particularidade se olharmos para este histórico político nas duas metrópoles. No caso de Salvador, pela primeira vez na Nova República, o grupo carlista não foi para o segundo turno na disputa municipal. Já no caso de São Paulo, pela primeira vez na Nova República, um prefeito foi reeleito. Ou seja, pela primeira vez, as tendências históricas de predomínio do grupo carlista em Salvador e de oscilação de poder em São Paulo não se confirmaram.

Posto tudo isto, tem-se os questionamentos: Até que ponto as variáveis sociológicas e satisfacionistas são preditoras do voto nos pleitos em foco? E, especificamente, até que ponto as variáveis sociológicas seriam preditoras do voto em Salvador tendo em vista o histórico de patronagem derivado do Carlismo, mas agora no momento de menor vigor de tal grupo político das últimas décadas? Ou as variáveis sociológicas não teriam tido efeito, sendo as variáveis satisfacionistas as principais preditoras do voto para prefeito? E, agora sobre São Paulo, tendo em vista o padrão de oscilação do poder, até que ponto as variáveis satisfacionistas teriam sido as principais preditoras do voto que terminou por reeleger Gilberto Kassab?

A presente dissertação tem os seguintes objetivos específicos: 1) Fazer uma contextualização do histórico eleitoral de 1996 a 2008 de São Paulo e Salvador; 2) Identificar as determinantes do voto nas duas capitais; 3) analisar os preditores do voto a partir de matrizes teóricas – sociológica e a teoria da escolha racional.

Para cumprir com tais objetivos, o presente trabalho está organizado da seguinte maneira: além desta introdução e da metodologia, que explica os procedimentos utilizados no tratamento dos dados empíricos, há um segundo capítulo apresentando o debate teórico sobre o comportamento eleitoral, trazendo as grandes teorias explicativas da participação eleitoral. Seguido do terceiro capítulo, que traz uma contextualização das eleições em São Paulo e Salvador – destacando os principais fatos que marcaram cada disputa, desde a composição das coligações, a importância dos partidos, a variação dos partidos em cada capital e os arranjos políticos que determinaram cada eleição. No final do capítulo procura-se identificar a existência de similaridades semelhanças e diferenças entre os pleitos nas duas capitais. Na sequência, verifica-se, no quarto capítulo, as análises, construídas a partir de testes estatísticos, principalmente a

regressão logística multinomial, combinando variáveis sociodemográficas e satisfacionistas³ nos modelos propostos. Por fim, as considerações finais, resgatando os principais achados e identificando as similaridades e distinções existentes entre as capitais.

³ Avaliação de governo

Teorias do Comportamento Eleitoral:

Neste capítulo faremos uma abordagem sobre as teorias do comportamento eleitoral. O comportamento eleitoral é discutido a partir de três grandes abordagens teóricas: a teoria sociológica, a abordagem psicológica e teoria da escolha racional.

A teoria sociológica aborda o comportamento eleitoral a partir de uma perspectiva histórico-estrutural, sendo que o comportamento dos indivíduos é resultante do contexto sociocultural ao qual o mesmo pertence.

A segunda abordagem teórica, a psicológica/ psicossociológica, surgiu na década de 1950, com a Escola de Michigan e os seus principais formuladores foram Angus Campbell, Philip Converse, Warren Miller e Donald Stokes.

Segundo a abordagem psicológica, as atitudes, motivações e percepções dos indivíduos determinam suas escolhas e, por conseguinte, as escolhas eleitorais. Seus formuladores atentam para a necessidade de analisar o comportamento eleitoral a partir das motivações individuais e não coletiva, como prevê a abordagem sociológica.

O terceiro viés explicativo para o comportamento eleitoral é a teoria da escolha racional, elaborada a partir do individualismo metodológico, oriundo da economia. Ela parte do pressuposto de que os indivíduos são racionais e agem intencionalmente no sentido de realizar interesses particulares, procurando maximizar e otimizar seus ganhos.

Nesse trabalho abordaremos a teoria sociológica e a teoria da escolha racional. Devido ao ajustamento com o nosso objeto de estudo e as com as variáveis selecionadas para a pesquisa, a teoria psicológica foi excluída da discussão teórica por não ser contemplada na discussão empírica das variáveis.

No último item apresentamos uma discussão sobre as limitações das teorias, principalmente para contextos político-sociais historicamente marcados por práticas de clientelismo⁴ e por patronagem.

⁴ Clientelismo que dizer uma troca de favor. Esse conceito será discutido no item 3.3

Teoria Sociológica

A abordagem sociológica pertencente à sociologia política é conhecida como sociologia eleitoral. A teoria sociológica teve início a partir dos autores da Escola de Colúmbia, em 1940. Dentre os principais clássicos da teoria podemos citar as seguintes obras: *The People's Choice* (1944) e *Voting: a study of Opinion Formation in Presidential Campaign* (1954).

De acordo com Castro (1994, p. 29): O estudo do comportamento eleitoral teve início na sociologia [...]. A perspectiva original é macro: os fatores históricos, estruturais e culturais globais conformam características sociais, econômicas e políticas de uma sociedade, gerando clivagens sociais com as quais, setores do eleitorado se identificam.

As discussões das obras dos autores da teoria sociológica estão centradas na premissa de que os fatores explicativos do voto dizem respeito ao contexto social e interpessoal no qual os indivíduos estão inseridos. Essa abordagem procura conhecer as incidências dos processos socioeconômicos e culturais na conduta dos indivíduos. O pressuposto da teoria é que os eleitores em condições socioeconômicas semelhantes tendem a um comportamento político similar, logo, as condutas políticas derivam de posições estruturais ou dos chamados “coletivos sociais”.

A principal conclusão de Lazarsfeld (1944) foi que existe uma predisposição inicial ao voto, que está relacionada à interação com o grupo social. O autor encontrou relação entre três aspectos sociais: o status sócio econômico, a religião e o local de residência dos eleitores. Se ocorresse o conflito entre as três características, o eleitor sofreria uma “*cross pressure*” (pressão cruzada).

Para compreender o comportamento eleitoral não se deve focar apenas no indivíduo, mas, principalmente, no contexto em que o mesmo se insere. Para Lazarsfeld, “as decisões individuais agregadas têm de ser compreendidas dentro dos diversos grupos sociais” (*apud* FIGUEIREDO 2008). Dessa maneira, o comportamento dos indivíduos é resultando do convívio e da interação social.

A sociologia política procura compreender o voto como um fenômeno adjacente ao contexto sociocultural do indivíduo. De acordo com Lipset (1967), para compreender o voto de um jovem ou de um idoso é necessário conhecer o contexto social e político ao qual ele se insere, como por exemplo, onde esses eleitores vivem e como vivem.

Como uma corrente explicativa derivada da perspectiva sociológica, as análises marxistas enfatizam a importância de fatores econômicos para o comportamento político dos indivíduos. De acordo com Figueiredo (2008, p.62), “a tradição marxista parte da premissa de que a fonte da identidade política está na posição de classe dos indivíduos, funcionalmente definida [...]”. No entanto, não existe classe social, politicamente, se seus membros não tiverem consciência de classe, isto é, se os indivíduos não compartilharem dos mesmos princípios.

Assim, enquanto a abordagem não marxista prioriza as determinantes sociais, econômicas e culturais do comportamento político, as abordagens marxistas compreendem o comportamento eleitoral como sendo derivado das classes sociais, ou mais especificamente da consciência de classe.

A perspectiva sociológica na versão não marxista propõe, basicamente, que a participação política dos indivíduos pode ser explicada pelo ambiente socioeconômico e cultural em que vivem, bem como suas inserções em determinados grupos ou categorias demográficas.

Sendo assim, para Castro (1994), grupos sociais diversos têm interesses diferentes e se representam politicamente através de partidos distintos. Em função das influências que recebem através das interações que ocorrem nos diversos grupos dos quais participam, os eleitores são levados a votarem (ou não) em determinada direção.

Essa abordagem foi utilizada por diversos trabalhos empíricos dentre os quais podemos destacar a síntese elaborada por Lipset (1967) sobre o perfil dos indivíduos quanto à intensidade da participação eleitoral.

Os padrões de participação eleitoral são flagrantemente idênticos em diversos países: Alemanha, Suécia, Estados Unidos, Noruega, Finlândia e muitos outros que possuímos dados. Os homens votam mais do que as mulheres; os de maior instrução, mais do que os de pouca instrução; os residentes urbanos, mais do que os rurais; os eleitores entre 35 e 55 anos de idade, mais do que os mais jovens e os mais idosos; as pessoas casadas, mais do que as solteiras; as pessoas de elevada posição social, mais do que as de baixa condição; os membros de organizações, mais do que os não membros (LIPSET, 1967, p. 191).

Soares (1974) destaca a importância das características socioeconômicas e das bases classistas para o direcionamento que o eleitor dará ao voto.

[...] A escolha de um candidato não é um fenômeno abstrato abstratamente individual, desvinculado de toda a relação social: tanto de preferência partidária quanto a percepção das qualidades dos candidatos estão inseridas numa estrutura supraindividual cuja bases socioeconômicas em geral, e de

classe em particular, são fundamentais na determinação do comportamento dos indivíduos. (SOARES, 1974, p. 215).

Przeworski (1989) e Lipset (1967) chamam a atenção para o fato de que as duas interpretações sociológicas do voto classista pressupõem duas condições históricas. Na primeira condição, a política observada na sociedade precisa estar organizada em bases classistas, isto é, disputa política – no caso a eleitoral – tem que ter como principal motor a luta de classes e como último, o controle do poder pelos trabalhadores.

[...] A classe molda o comportamento político dos indivíduos tão somente se os operários forem organizados politicamente como tal. Se os partidos políticos não mobilizam as pessoas como operários, e sim, como “massas”, o “povo”, “consumidores”, “contribuintes” ou simplesmente como “cidadãos” os operários tornam-se menos propensos a identificar-se como membros de uma classe e, conseqüentemente, a votar como operários (PRZEWORSKI, 1989, p. 42).

De acordo com Figueiredo (2008), a segunda condição, que é decorrente da primeira, é que a identidade política é mais forte do que as demais identidades que são delimitadas a partir das interações sociais que ocorrem em outras dimensões.

Sendo assim, na medida em que a identificação com a classe diminui, aumenta a propensão dos indivíduos agirem de acordo com outros grupos, que não as classes sociais que pertencem.

[...] Os operários veem a sociedade como sendo composta de indivíduos e veem a si próprios como membros da coletividade distinta de classe; comportam-se politicamente com base em afinidades religiosas, étnicas regionais ou outras. Tornam-se católicos, sulistas, francófonos ou simplesmente, “cidadãos” (PRZEWORSKI, 1989, p. 43).

Dessa forma, pressupõe-se que os eleitores que trabalham, estudam e compartilham o mesmo ambiente, possuam as mesmas percepções políticas. As condições vivenciadas pelos indivíduos darão origem às atitudes políticas. Segundo Castro (1994), indivíduos em situação social semelhantes têm mais probabilidade de interagir entre si e tendem a ver o mundo da mesma maneira e a dar interpretações parecidas com as suas experiências comuns.

Sendo assim, a conclusão é que os padrões de comportamento podem seguir um modelo que está disposto no contexto social, retomando à importância das características sociais como determinantes para o comportamento eleitoral dos indivíduos.

A lógica explicativa para a relação entre a estabilidade e as mudanças de atitudes e de crenças é que: “[...] mudanças de comportamento político ocorrem quando o contexto social muda e a taxa de mudança depende do estado do contexto social e/ou do estado do contexto político, no momento da mudança” (FIGUEIREDO, 2008, p. 62).

Nesse sentido, Huntington (1975) e Przeworski (1989) apresentam uma explicação baseada no impacto do desenvolvimento social e econômico para o comportamento dos eleitores. Para os autores, as decisões políticas, nesse caso a decisão do voto, são reflexos do desenvolvimento social e econômico da sociedade em questão.

Dentre os vários estudos sobre a decisão do voto no Brasil, destacamos os alguns destes que abordaram tanto a teoria sociológica quanto as demais teorias, entre as quais destacamos, a coletânea organizada Reis (1978) que apresenta surveys realizados em quatro cidades – Presidente Prudente (SP), Juiz de Fora (MG), Caxias do Sul (RS) e Niterói (RJ) no período em que o país estava sob o bipartidarismo. Os artigos dessa coletânea procuraram explicar a relação entre o resultado eleitoral e os partidos, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido ligado ao regime militar, e o Movimento Democrático (MDB), que era oposição do regime.

Bolívar Lamounier analisou a eleição em Presidente Prudente com o objetivo de analisar o impacto do bipartidarismo (MDB e ARENA) percebeu que na eleição municipal não se deve considerar apenas questões locais. Os dados do survey sugeriram que a ARENA conseguiria mais votos se explorasse o apoio do governo estadual e federal, porém a associação traria mais votos para o partido, mas não para o candidato.

Em Niterói, Olavo Brasil de Lima Junior concluiu que as variáveis sociodemográficas tiveram impacto no voto para prefeito. De acordo com Lima Jr quanto mais alta a renda e a posição do entrevistado na ocupação profissional maior a probabilidade de que ele vote na ARENA, no entanto se for maior a escolaridade, maior a probabilidade de que o eleitor vote no partido de oposição, MDB. (1978, p. 114)

Hélgio Trindade e Judson de Cew (1978) fizeram a avaliação sobre na eleição de Caxias do Sul, no Rio Grande do Sul, em 1976. Para os pesquisadores, a cidade apresentava um alto grau de institucionalização partidária, caso atípico no Brasil. A opinião dos eleitores sobre questões políticas e problemas socioeconômicos como estavam relacionada à saúde, educação, iluminação pública estavam relacionados com a identificação partidária.

Por fim, Fábio Wanderlei Reis analisou a eleição de Juiz de Fora (MG) em 1976, disputada entre ARENA e MDB. Após dez anos de domínio do MDB, a ARENA venceu a referida eleição municipal. Reis realizou uma pesquisa para saber a opinião dos eleitores sobre questões políticas e entre as perguntas sobre - custo de vida, habitação, política habitacional, serviços básicos, a assistência à saúde foi um dos serviços pior avaliação por todas as classes. Assim, o problema das condições de assistência médica local não somente é um problema saliente e politicamente relevante para os estratos mais baixos, mas o é ao ponto de associar-se fortemente as preferências partidárias não importa o grau em que as pessoas se mostram sugestionáveis diante da propaganda oficial – o que representa justamente o oposto, em mais de um aspecto, do que ocorre nos estratos superiores. (Reis, 1978, p. 262)

Outra coletânea importante foi organizada por Silveira (2002), “Estratégia, Mídia e voto” que apresenta artigos sobre as eleições municipais de 2000 em oito capitais brasileiras, pelos quais os autores procuraram destacar as características do contexto eleitoral, a relação entre as variáveis socioeconômicas e do efeito da propaganda eleitoral no voto.

De maneira geral, os autores concluíram que as principais características das capitais pesquisadas foram as seguintes: em São Paulo houve a alteração no governo, Marta Suplicy (PT) derrotou o “malufismo” grupo que estava no poder. No Rio de Janeiro, houve a consolidação de ciclos políticos. [...] O eleitorado carioca se mostrou favorável com o discurso da eficiência e do desenvolvimentismo urbano. (FIGUEIREDO, VEIGA, ALDÉ, 2002). Dessa forma os eleitores optaram pela continuidade

Em Belo Horizonte (2000), houve um embate entre oposição e situação, na qual a oposição se preocupava em demonstrar as falhas do mandatário e candidato a reeleição Célio de Castro (PSB) do que propor soluções para os problemas. Esforçou-se para desconstruir a imagem da cidade como foco da resistência à política de devastação social. [...] Ficou a cargo do eleitor, então, escolher entre um projeto já conhecido por ele e que devido aos índices de aprovação da administração, era relativamente aceito, e projetos ainda desconhecidos, liderados por pessoas que demonstravam vontade de fazer, porém, com pouca ou nenhuma experiência em cargos executivos. (Camargos, 2002, p. 91) Sendo assim, os eleitores votaram retrospectivamente, avaliando a

administração de então prefeito e as possibilidades apresentadas pelos candidatos concorrentes.

Em Porto Alegre, Flávio Eduardo Silveira (2002) analisou a eleição municipal de 2000 e concluiu que o voto retrospectivo foi importante na continuidade do governo petista. Dentre as alternativas que o eleitor possui, a continuidade da administração petista apresentava-se como a melhor opção para o momento.

Rubim (idem) analisou a eleição de Salvador as principais características da eleição foram a baixa competitividade entre os concorrentes, o caráter desigual entre as forças políticas midiáticas o que dificulta a competição, polarização entre o carlismo e o anticarlismo que é uma tendência verificada nas ultimas eleições (1996 para prefeito, 1998 governador e 2000 para prefeito) (p. 221)

Paiva e Silvana Krause (Silveira, 2002) analisaram a eleição em Goiânia e concluíram que os fatores explicativos para a vitória do candidato petista, Pedro Wilson foram as seguintes: o discurso e o perfil do candidato, sua capacidade de angariar apoios das elites locais e a fragilidade daquelas na capital, não tendo se configurando em grande medida num voto partidário. (PAIVA, KRAUSE, 2002, p. 261)

Em Curitiba (Cervi e Fucks, In Silveira, 2002) o resultado da eleição também foi definido a partir da alteração nos índices de rejeição do mandatário Cássio Taniguchi (PFL), que possuía um alto índice de aprovação de sua administração, porém detinha 21% de rejeição junto aos eleitores. No decorrer da campanha conseguiu diminuir o índice de rejeição e vencer a eleição.

Recentemente, Lavareda e Telles (2011) organizaram o livro “Como o eleitor escolhe seu prefeito – Campanha e voto nas eleições municipais”. Esse livro traz treze artigos sobre as eleições municipais nas principais capitais brasileiras. Nesse livro os autores apresentam estudos sobre comportamento eleitoral a partir de variáveis socioeconômicas, porém com a introdução de outras variáveis, como, a importância da mídia e do Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE), além da utilização de métodos de análise quantitativa.

Primeiramente, o livro trata de treze capitais que possuem características que as distinguem política e economicamente, o que permite que cada capital tenha uma “lógica eleitoral” diferente, própria.

De acordo com (Telles e Lavareda, 2011) essa dissociação pode não estar somente relacionada a aspectos políticos, mas também a aspectos socioeconômicos, em

que cidades situadas em regiões mais ricas e desenvolvidas apresentaram candidatos a prefeitos menos dependentes dos recursos dos governos estaduais. (Lavareda, Telles, 2011. p. 369).

Em Belo Horizonte e São Paulo, a lógica dos partidos e grupos políticos foi determinante na eleição. Nessas cidades o fato de ambos os governadores serem quadros do PSDB e de o petismo e o anti-petismo serem componentes importantes marcou a articulação das elites políticas [...].(idem, p.370)

O voto retrospectivo foi decisivo e marcante em Fortaleza. Outro argumento que começou a ser testado foi que prefeitos mal avaliados não possuíam chances de reeleição. Em Salvador e em Porto Alegre, os prefeitos eram mal-avaliados e durante a campanha conseguiram construir interpretações positivas de seus mandatos.

Ao longo do livro foram identificadas três padrões de comportamento: dependências do candidato a prefeito em relação ao capital político do governador, agenda localista e federalização. (Lavareda e Telles, 2011, p. 372)

Teoria da Escolha Racional

A teoria da escolha racional tem como precursor Anthony Downs e sua obra “Uma teoria econômica da democracia” (1999). Essa obra foi precursora por ter construído um modelo de análise, sob o viés racionalista, para o estudo das democracias eleitorais e sendo o modelo de indivíduo aquele racional e maximizador.

Seguindo a mesma abordagem de Downs, Becker (1990) propôs as seguintes abordagens em relação ao comportamento maximizador proposto pela teoria: primeiro, as preferências dos indivíduos são estáveis e não se diferem entre culturas e sociedades; segundo, os indivíduos procuram maximizar suas preferências tendo como referência a quantidade de informação; e, por fim, a relação mútua entre o comportamento dos indivíduos.

Em termos explicativos, a teoria da escolha racional parte da substituição do *Homo sociologus* pelo *Homo economicus*. Dessa maneira, Downs dá a seguinte definição para o homem racional:

[...] Um homem racional é aquele que se comporta como se segue: (1) ele consegue tomar uma decisão quando confrontado com uma gama de alternativas; (2) ele classifica todas as alternativas diante de si em ordem de preferência de tal modo que cada uma é ou preferida, indiferente, ou inferior

a cada uma das outras; (3) seu *ranking* de preferência é transitivo; (4) ele sempre escolhe as alternativas, dentre todas as alternativas possíveis, aquela que fica em primeiro lugar no seu *ranking* de preferência; e (5) ele sempre toma a mesma decisão quando confrontado com as mesmas alternativas (DOWNS, 1999, p. 28).

A partir dessa definição, podemos presumir que o “*homo economicus*” é representado pelo indivíduo que maximiza seus interesses e demonstra um comportamento a partir do qual a premissa básica é adequar os meios aos fins pretendidos. Em relação ao comportamento eleitoral e aos fatores determinantes para o voto, podemos pressupor que direciona seu voto racionalmente tendo em vista a opção que lhe seja mais benéfica, tanto em ganhos econômicos quanto a outros benefícios, tendo para isso, desprender o mínimo de esforço (custo) possível.

A teoria de Downs é baseada na teoria weberiana da ação social com relação a fins⁵, cujo objetivo desse agente econômico e social é maximizar seus ganhos. A teoria da escolha racional, apesar de partir de aspectos econômicos, não é utilizada apenas para compreender os ganhos econômicos, também é utilizada para compreender “a maximização de interesses” em outras esferas como na decisão do voto e na participação em grupos de interesse. Além do retorno econômico, os benefícios podem ser traduzidos em prestígio, reconhecimento cultural e científico, entre outros argumentos além do econômico. Esse comportamento parte de uma conduta egoísta/altruísta, na qual faz parte do comportamento do indivíduo maximizar seus objetivos, como ator social.

A participação na democracia, através do processo eleitoral (ato de votar), pode ser analisada a partir do comportamento maximizador. O eleitor é um ator racional e maximiza sua conduta, dessa maneira, destacam-se os seguintes cálculos: a importância do voto individual é ínfimo/nulo e o custo da ação de votar supera o valor do voto. De acordo com Downs:

Os benefícios que os eleitores consideram, ao tomar suas decisões, são fluxos de utilidades obtidas a partir da atividade governamental. [...] Diante de diversas alternativas mutuamente exclusivas, um homem racional sempre escolhe aquela que lhe trará a maior utilidade, *ceteris paribus*, isto é, ele age para seu próprio e maior benefício (DOWNS, 1999, p. 57).

⁵ Define-se por ação social de modo racional referente a fins: quanto ao comportamento de objetos do mundo exterior e de outras pessoas, utilizando essas expectativas como “condição” ou “meios” para alcançar fins próprios, ponderados e perseguidos racionalmente, como sucesso. (Weber, 1991 p. 15)

Para o modelo downsiniano, o comportamento humano é maximizante, mas para o modelo economicista, o comportamento humano é “satisfacionista” (*satisficing behavior*) (Figueiredo, 2008, p. 78). No modelo economicista, a satisfação do eleitor é relacionada ao aspecto econômico. E o êxito econômico terá reflexos na avaliação do governo.

Em relação à racionalidade econômica, Buchanan e Tullock (2004) apresentam a política como uma esfera na qual o cálculo estratégico que “está em jogo” é o aspecto econômico. Desse modo, os indivíduos racionalmente fazem suas escolhas tendo em vista o benefício econômico que terão com sua ação.

A teoria “satisfacionista” explica a relação entre a economia e o voto a partir de duas teorias. A primeira é o voto retrospectivo, pelo qual os cidadãos votam retrospectivamente, de acordo com a sua percepção do desempenho do atual governante na economia. O eleitor decide, como um juiz, se ele deve ou não continuar no governo. Sendo a avaliação positiva, vota no governante, sendo negativa, vota na oposição (Downs, 1957; Key, 1966; Kramer, 1971; Fiorina 1981).

A segunda teoria relacionada ao voto “satisfacionista” é o voto prospectivo. De acordo com a administração do incumbente, o eleitor faz uma projeção futura da continuidade do governo e se considerar que as ações do candidato terão êxito votará pela continuidade, do contrário, votará na oposição.

De acordo com Camargo (1999, p. 8) “[...] os dois tipos de voto não são mutuamente excludentes, um eleitor pode agir retrospectivamente e prospectivamente ao mesmo tempo [...]”.

Nesse sentido, Fiorina (1981) argumenta que tomar conhecimento sobre as ações do governo é um meio particularmente mais “barato” de chegar à decisão de quem eleger, uma vez que, para fazê-lo, muitas vezes não é preciso nada além do que estar vivo. Todo cidadão recorrendo ao seu cotidiano e aos problemas encontrados pode saber com facilidade o impacto do governo na economia e nos problemas sociais. Para Fiorina (idem), o voto retrospectivo é um caminho para o voto prospectivo.

Nesse contexto Key (1966) enfatiza a explicação sobre os limites da racionalidade do eleitor. De acordo com o autor, o eleitor vota de acordo com as informações que estão ao seu alcance, tanto em relação ao aspecto econômico como observando as informações sobre os partidos. Em seu livro “*The Responsive Electorate*”, Key analisou *surveys* realizados em 1940 e 1960 e comparou as

concepções que os eleitores têm sobre economia, as ações de governos passados e sobre a habilidade de cada candidato a presidente no período, com suas intenções de voto e com o seu voto na eleição anterior (*apud* CAMARGOS, 1999).

Kramer (1971), que discute o voto econômico, segue a mesma linha desenvolvida por Key, segundo a qual os eleitores baseiam-se na avaliação do desempenho desenvolvido pelo candidato situacionista na decisão do voto.

Kiewiet (1983) é outro autor que segue a abordagem econômica, porém destaca a importância de outros fatores além do econômico para a decisão do voto, como questões morais e culturais.

A partir do modelo econômico, Kiewiet (*apud* Camargos 1999) construiu um modelo de compreensão do voto formado por duas dimensões (voto retrospectivo e prospectivo) que deu origem a quatro tipos de interpretações para o voto nas eleições presidenciais.

Os modelos de Kiewiet mostraram que tanto a experiência pessoal como a avaliação da economia nacional agem sobre a decisão de voto retrospectiva e também prospectiva. A combinação dessas dimensões originaram quatro tipos de avaliações que são feitas pelos eleitores (CAMARGOS, 1999, p. 13).

O primeiro tipo de avaliação é o voto **Retrospectivo Pessoal** – quando os eleitores avaliam o desempenho econômico do governo tendo em vista sua experiência pessoal e, por conseguinte, os benefícios pessoais. Já o voto **Retrospectivo Sociotrópico** ocorre quando os eleitores percebem que a situação econômica melhorou no país, tendendo a apoiar o candidato que está no poder, enquanto os que consideram que a situação econômica piorou tendem a votar na oposição.

No entanto, no voto **Prospectivo Pessoal** os eleitores tendem a decidir seu voto de acordo com a prioridade de cada partido, levando em consideração os aspectos pessoais. E para finalizar, o voto **Prospectivo Sociotrópico**, que ocorre quando os eleitores votam tendo em vista a avaliação que fazem da situação econômica do país.

Merecem destaque, dois pesquisadores brasileiros, utilizaram a teoria da escolha Racional e o voto economicista para analisar as eleições presidenciais: Malco Camargos (2003) e Yan de Souza Carreirão (2002), ambos sobre a análise das eleições presidenciais. Camargos (2003) procurou identificar o grau de influência da percepção da situação da economia no voto na eleição presidencial de 1998. De acordo Camargos (2003) e Carreirão (2002), o impacto das variáveis econômicas, de avaliação de governo e de preferência partidária sobre o voto, varia de candidato para candidato. No caso de

Fernando Henrique Cardoso, “as variáveis que exerceram maior impacto foram a avaliação prospectiva sociotrópica, seguida pela avaliação de governo e depois pela preferência pelo PT.” (2003, p. 143). No caso de Lula, a variável preferência pelo PT aparece em primeiro lugar, seguida pela avaliação prospectiva sociotrópica e depois avaliação de governo. Dessa forma, “[...] o eleitor brasileiro decide a direção do voto olhando para o passado e também construindo futuros possíveis, caso um ou outro candidato vença a eleição [...]” (CAMARGOS, 2003, p. 143).

Em relação à tipologia de Kiewiet, o voto retrospectivo/prospectivo sociotrópico teve maior ênfase no Brasil do que o pessoal.

[...] exerce um impacto maior no voto de ambos os candidatos as variáveis de avaliação que o eleitor faz da situação nacional e não as de avaliação da própria situação, sugerindo, com isso, que o eleitor brasileiro é menos preocupado com o próprio bolso do que o eleitor americano (CAMARGOS, 1999).

Carreirão (2002) analisou as eleições presidenciais de 1989, 1994 e 1998 e procurou identificar os determinantes do voto a partir das seguintes variáveis: a imagem política que o eleitor tem dos candidatos e partidos, avaliação de desempenho do governo (presidente), imagem política sobre o governo e candidatos e a avaliação que o eleitor faz sobre atributos pessoais dos candidatos envolvidos na disputa. Por meio de sua análise, Carreirão (2002) concluiu que o eleitor é influenciado pela avaliação do desempenho econômico do governo. Para o autor, o eleitor tende a votar no candidato do governo quando a situação do governo for satisfatória e a situação da oposição estiver ruim. Esse tipo de voto foi chamado de “voto econômico”.

Contextualizando as Disputas Eleitorais:

Este capítulo apresenta uma contextualização do cenário eleitoral de São Paulo e de Salvador nas eleições que antecederam o pleito de 2008. O objetivo é apresentar as principais características do processo político eleitoral nas duas capitais, desde a primeira eleição ocorrida após a abertura política (1988).

As informações apresentadas nesse capítulo ajudarão a compreender a evolução da dinâmica do processo eleitoral: partidos, forças políticas e candidatos que estiveram envolvidos nas disputas locais.

Histórico da disputa eleitoral em São Paulo

O eleitorado do município de São Paulo é o maior do Brasil, somando 8.180.756 milhões de eleitores em 2008⁶, número que tem aumentado significativamente desde 1988. Após o fim da ditadura militar o processo eleitoral em São Paulo foi caracterizado pela disputa entre duas frentes partidárias opostas, ora esquerda vs direita. De acordo com Limongi (2008), não existe um bloco hegemônico em São Paulo, sendo assim, as diferentes vitórias passaram a ser ditadas por coalizões entre eleitores de diferentes blocos. Até 1996, o cenário eleitoral favoreceu a direita, fato que foi alterado em 2000, com a eleição de Marta Suplicy (PT).

⁶ Dados do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo. Disponível em: <<http://www.tre-sp.gov.br/estat/>>.

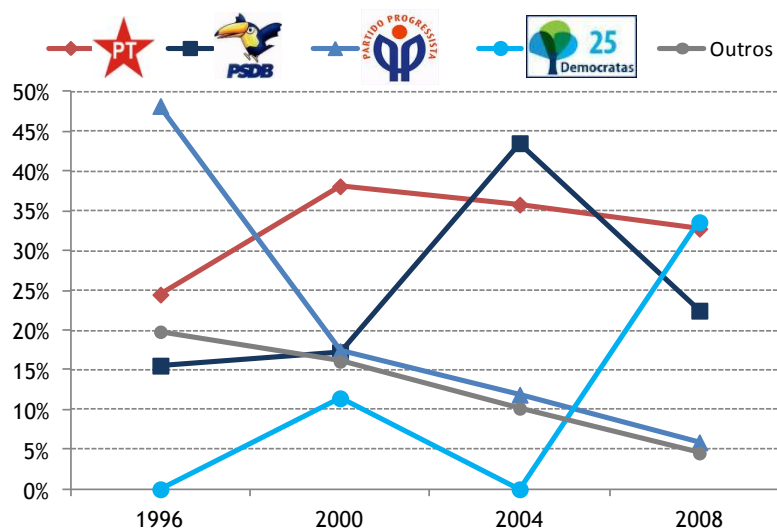


Gráfico 1 - Principais partidos na disputa eleitoral em São Paulo, 1.o Turno:

Fonte: TSE – Elaborado pela autora.

Na eleição de 1988, a vitória de Luiza Erundina de Souza (Coligação PC do B/PCB/PT) foi a grande surpresa do pleito. A candidata petista, que representava a coligação de esquerda derrotou políticos de partidos de grande relevância para a política, como José Serra – coligação PSDB/PTR/PSC/PV – e Paulo Maluf – coligação PDS, PRP, PPB, PMN.

Numa disputa apertada e com muitas surpresas de última hora, Erundina se elegeu com 28,8% dos votos, seguida por Maluf, com 24,5%. Viriam depois José Leiva, com PMDB, com 14,2%; José Serra do PSDB, disputando sua primeira eleição majoritária, com 5,6%; e o candidato do PL, João Melão, que alcançou, 5,4% [...]. (LAVAREDA, 2009, p. 46).

Uma das razões para o êxito de Luiza Erundina foi a migração de votos dos candidatos concorrentes, José Serra (PSDB) e João Leiva (PMDB):

[...] a vitória de Luiza Erundina (PT) ocorreu graças a uma ponderável migração de votos de outros candidatos — principalmente José Serra (PSDB) e João Leiva (PMDB) — acompanhada da adesão daqueles que sempre se decidem no último momento: os mais pobres, menos escolarizados e do sexo feminino [...]. A virada petista se deu literalmente na boca da urna. Pesquisa realizada pelo DataFolha, em 19 de novembro, quatro dias depois da eleição, mostra que 25% dos votos de Erundina vieram dos eleitores que se decidiram por ela no próprio dia 15. (PIERUCCI e LIMA Apud LIMONGI, 2008, p. 55).

Em 1992, além de Eduardo Suplicy (PT), o cargo foi disputado pelos seguintes candidatos: Paulo Maluf – coligação PDS/PTB/PL –, Aloysio Nunes Ferreira Filho –

coligação PMDB/PDT/PPS/PMN/PTR/PSD/PRP/PT do B – e Fábio Feldman – coligação PSDB/PV.

Apesar do êxito eleitoral de 1988, em 1992, Luiza Erundina não conseguiu transmitir o cargo para seu correligionário, o petista Eduardo Suplicy, que foi derrotado por Paulo Maluf (PP). Em relação à derrota de Eduardo Suplicy, Limongi (2008, p.56) destaca que, “se a derrota do PT, em 1992, pode ser creditada à deserção de seus eleitores de 1988, esta ocorreu mais fortemente nas camadas mais baixas, contrariando a tese de que a vitória do PDS-PP se deveu a uma reação das classes altas e médias ao PT”.

Na eleição de 1992, o PT qualificou-se como o principal herdeiro da coalizão de centro-esquerda, mas o perfil do seu eleitorado oscilou nas eleições seguintes. Seu contorno mais claramente popular e oposicionista se definiu ao longo dos anos, conforme Limongi (2008).

Nessa disputa a coligação PDS-PP conseguiu conquistar a administração municipal e o domínio do poder voltou para a ala da direita. Na eleição de 1996, Paulo Maluf (PP) não se candidatou a reeleição, porém lançou Celso Pitta como seu possível sucessor.

Surpreendentemente, o prefeito Paulo Maluf lançou como representante do seu partido, o PPB, na corrida eleitoral, o inexperiente economista negro Celso Pitta, ex-secretário de finanças do seu gabinete, para enfrentar políticos consagrados nas urnas paulistas. (OLIVEIRA, 2008, p. 263)

Além de Celso Pitta, os principais nomes que compunham a disputa em 1996 eram o de Luiza Erundina, da coligação PT/PC do B/PMN/PSB/PCB, José Serra, da coligação PSDB/PSL/PPS/PV e José Aristodemo Pinotti, que era da coligação PMDB/PSDC.

O destaque da eleição de 1996 foi o desempenho de Celso Pitta, candidato novato. Outro fato de destaque nessa eleição foi a indecisão de José Serra em participar da disputa.

[...] Ante a José Serra optou por abandonar o ministério, o PSDB acabou por encontrar o espaço literalmente ocupado. A hesitação custou caro. Quando efetivamente entra na competição, o PSDB encontra as “tradicionais” candidaturas do PDS-PP e do PT consolidadas”[...] (LIMONGI, 2008, p. 61).

No segundo turno de 1996, Celso Pitta (PFL/PPB) derrotou Luiza Erundina, com 48, 2 % contra 24,50% da candidata petista. O êxito de Celso Pitta representou a

segunda derrota consecutiva do Partido dos Trabalhadores e, por conseguinte, a ampliação do poder da direita e do “malufismo” na capital paulista.

A disputa eleitoral de 2000 foi composta pelos candidatos Marta Suplicy da coligação PT/PC do B/PCB/PHS, Geraldo Alckimin, da coligação PSDB/PTB/PSD/PRP/PV), Paulo Maluf do PPB, Romeu Tuma, PFL/PMDB, Luiza Erundina, que representava a coligação PSB/PDT/PMN/PPS e Enéas Carneiro do PRONA.

A vitória da candidata petista em 2000 ocorreu após três tentativas do Partido dos Trabalhadores em retomar o poder administrativo da maior cidade brasileira, desde seu grande êxito com Erundina. Com a vitória de Marta Suplicy, o PT aumentou o percentual de votos nas eleições daquele ano (2000), em comparação com eleições anteriores.

Fleischer (2002) chama a atenção para a importância do êxito eleitoral de Marta para a ampliação do poder do Partido dos Trabalhadores nacionalmente, pois “[...] Seu maior trunfo foi na capital paulista, onde Marta Suplicy (PT) recebeu 38% dos votos contra 17% do Paulo Maluf (PPB).[...] Em termos de votos, o PT aumentou o seu desempenho em 51% sobre 1996 [...] (*idem*, p. 82).

Podemos dizer que um dos fatores que facilitaram a derrota de Maluf foi a crise política que o candidato enfrentou em 2000, referente às denúncias de corrupção nas quais o candidato esteve envolvido.

A partir dos escândalos políticos envolvendo Paulo Maluf, o PT aumentou seu percentual de votos em todas as faixas do eleitorado.

[...] o ciclo de malufismo *versus* PT foi rompido. Após uma série de denúncias sobre corrupção, desvio de dinheiro e superfaturamento de obras públicas envolvendo Paulo Maluf e seu grupo político, o malufismo foi perdendo espaço entre o eleitorado paulistano. A cada dia parecia mais insustentável o “rouba, mas faz” como argumento de defesa do voto em Paulo Maluf. (VEIGA; SOUZA e CERVI, 2007, p. 6).

Em 2004, Marta Suplicy (PT) disputou a reeleição com políticos já conhecidos do eleitorado paulista, tais como: José Serra (PSDB/PFL/PPS), Luiza Erundina⁷, que nesse pleito representou a coligação PSB/PMDB/PMN, Paulo Maluf (PP), entre outros. Seguindo à mesma lógica das eleições anteriores, a disputa foi para o segundo turno, entre a petista Marta Suplicy e José Serra (PSDB/PFL/PPS).

⁷ Em 1998, Erundina rompeu com o Partido dos Trabalhadores e transfere-se para o Partido Socialista Brasileiro (PSB), nesse ano, se elege deputada federal para a legislatura 1999-2003.

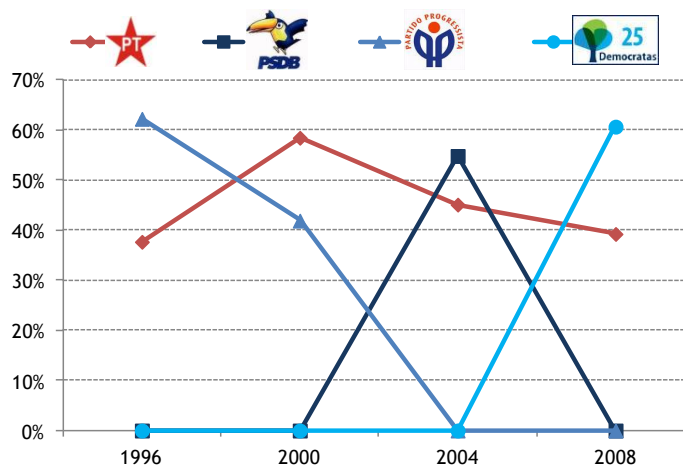


Gráfico 2 - Principais partidos na disputa eleitoral em São Paulo, 2.º Turnos:

Fonte: TSE – Elaborado pela autora.

No primeiro turno, Marta obteve 35,82 % dos votos e José Serra 43,46% dos votos. No segundo turno Marta Suplicy foi derrotada, obtendo 45,14% dos votos contra 54,86% dos votos de José Serra. “Considerando a popularidade do presidente era de se esperar que o PT e os partidos aliados ao governo Lula tivessem algum benefício eleitoral nas eleições municipais de 2008” (BORBA, *et al* 2008). No entanto, Marta Suplicy não conseguiu se beneficiar da avaliação positiva do presidente Lula.

Outra questão observada no gráfico acima é a alternância dos partidos políticos, sendo indicio de rotatividade a frente do poder executivo municipal. Esta rotatividade constitui-se em obstáculo a consolidação da máquina patronal dentro da prefeitura municipal. Reduzindo assim, a presença de traços tradicionais historicamente presentes na política brasileira, o que não pode ser entendido, como ausência do mesmo.

Histórico da disputa eleitoral em Salvador

A dinâmica eleitoral de Salvador, desde 1988, é marcada pela presença do carlismo, seja explicitamente, na disputa direta ou de maneira indireta. Não há como discorrer sobre a política soteropolitana, sem falar sobre uma de suas principais particularidades que é a presença significativa e onipotente de Antonio Carlos Magalhães – ACM na cidade.

De acordo com Rubim (2002, p. 173), “a política e as eleições da Bahia e, mais especificamente, em Salvador (1985 em diante) têm se caracterizado pela polarização entre o carlismo - corrente política liderada por Antonio Carlos Magalhães (ACM) e forjada durante a ditadura militar e diferenciados setores da oposição a este grupo”.

ACM é uma figura política presente em qualquer análise sobre a política baiana. E isso, deve-se à influência que Magalhães teve em períodos importantes da história política brasileira, como no período pré-ditadura militar, durante o regime militar (1964-1985) e também no período de reabertura política, pós-1985.

Antonio Carlos Magalhães constituiu-se para além de uma referência partidária, tanto que ele foi responsável pela formação de uma corrente política – o *carlismo*⁸. ACM surgiu na política em 1954, com sua eleição para deputado estadual pela União Democrática Nacional (UDN), sob o comando de Juracy Magalhães, um tenente que, vindo do Ceará, foi interventor - governador na Bahia e se amoldou à política vigente no estado – tornando-se uma de suas maiores lideranças, conforme Rubim (2001).

Desde os anos de 1950, Antonio Carlos Magalhães foi um símbolo político que esteve presente nas disputas eleitorais da Bahia, ainda que não estivesse envolvido diretamente em todas as disputas eleitorais. Em comparação com São Paulo, onde as eleições se polarizaram entre partidos de “direita e esquerda”, em Salvador, desde 1988, as eleições são delimitadas pela disputa entre dois grupos políticos os carlistas e a oposição, os anticarlistas.

Apesar de ACM e seu grupo não terem vencido todas as eleições municipais, no período pós-ditadura, o grupo conseguiu manter-se influente sobre o processo eleitoral

⁸ O carlismo é a designação da corrente política iniciada e liderada por Antônio Carlos Magalhães. O carlismo é uma política baiano-nacional nascida de aspirações modernizantes de uma elite regional, nos marcos da chamada revolução passiva brasileira e na perspectiva de um autoritarismo instrumental. Adota, como diretriz, simultânea atuação na política institucional, na estrutura da administração pública e na interface destas com o mercado e, como estratégia, a sustentação regional da ordem social competitiva, ligando-se, pragmaticamente, ao campo político liberal (DANTAS NETO, 2003, p. 01).

soteropolitano. O carlismo na década de 1990 procurou manter-se latente na política local, através de uma “reformulação” para a manutenção de seu poder, procurou adequar-se às novas características da sociedade.

A atualização de ACM e do carlismo não implica na mudança de traços essenciais de sua conformação, tais como sua formação de família política comandada por um líder/pai, através de tensas relações de autoridade e de afeição e de uma orientação inscrita em um ideário capitalista de modernização conservadora. A atualização mantém essas características, mas busca adequá-las politicamente à nova circunstância societária, configurada como uma sociabilidade estruturada e ambientada pela mídia, e ao novo polo de produção de poder, inclusive político, presente na atualidade brasileira e baiana. (RUBIM, 2001, p. 02-03).

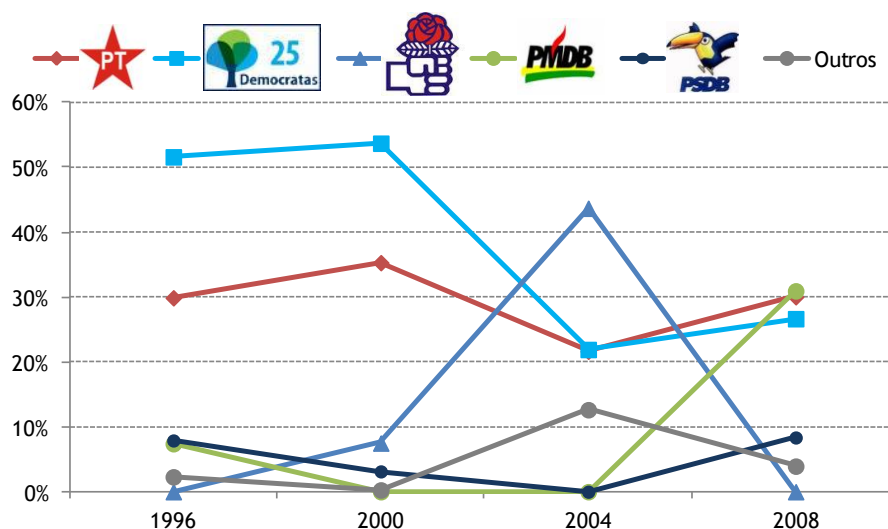


Gráfico 3 – Principais partidos na disputa eleitoral em Salvador, 1º Turno:

Fonte: TSE – Elaborado pela autora.

Na primeira eleição pós-ditadura militar, em 1988, a força do ACM foi colocada em “xeque”. A disputa pelo governo municipal ficou entre dois candidatos anticarlistas, o radialista Fernando José (PMDB), opositor ao carlismo, e o deputado federal Vilgidasio Sena (PSDB), opositor progressista e ex-prefeito de Salvador (deposto em 1964).

Com o apoio do prefeito Mário Kertész e do empresário de comunicação Pedro Irujo, o radialista, que era campeão de audiência com programas de cunho populista e paternalista no rádio e na televisão, venceu a disputa para a prefeitura com um discurso personalista e de crítica aos políticos profissionais. Os carlistas lançaram o tributarista e ex-prefeito interino (negro) Edvaldo Brito (PFL). Fazendo uso de apelos explícitos a solidariedade étnica junto ao eleitorado de maioria negra, Edvaldo Brito ficou em terceiro lugar. (OLIVEIRA, FRANCISCO e STORNI, 2010, p. 4).

Na eleição de 1988 o grupo carlista encontrava-se num momento de derrotas tanto à prefeitura municipal, como no governo do estadual e todas as disputas eleitorais apresentavam a polarização entre carlistas e anticarlistas.

No pleito seguinte, em 1992, disputaram a eleição os candidatos Lídice da Mata (PSDB), Manoel de Castro (PFL), Pedro Irujo (PRN), Marcos Medrado (PDC), Mário Kertész (PST) e Waldir Regis (PSD). Essa eleição representou um momento atípico das eleições municipais em todas as capitais brasileiras, devido ao reflexo do processo de *impeachment* do presidente Fernando Collor de Mello. De acordo com Dantas Neto (2003), Lídice da Mata apresentou aos eleitores um discurso de apelo à mudança, combate à corrupção e ética na política, assim conseguiu derrotar, no segundo turno, o carlista e ex-prefeito Manoel Castro. A vitória de Lídice foi facilitada pelo impacto negativo que o carlismo teve com o *impeachment* de Fernando Collor.

[...] As eleições municipais daquele ano foram atípicas, na maioria das capitais brasileiras, devido ao clima gerado pelo processo de impeachment do presidente Fernando Collor de Melo. ACM, que havia reconquistado o governo do estado nas eleições de 1990, pela primeira vez pelo voto popular, apoiou o presidente até o final, incluindo a manifestação na mídia nacional de votos favoráveis à permanência de Collor à frente da Presidência [...]. (OLIVEIRA, FRANCISCO e STORNI, 2010, p. 04).

No entanto, Lídice da Mata encontrou dificuldades para administrar o poder e a influência do carlismo e foi para a disputa seguinte enfraquecida. Durante sua administração, Lídice não conseguiu manter a unidade partidária e não soube “combater” as críticas propagadas pela oposição carlista. Dessa forma, ao final da gestão seu governo teve baixa aceitação popular. (OLIVEIRA, FRANCISCO e STORNI, 2010).

A partir desse pleito foi possível perceber a dificuldade encontrada pelos prefeitos anticarlistas em se manter no poder, ou melhor, a dificuldade de governar sem o apoio de ACM. Isso foi perceptível tanto nas eleições estaduais como nas municipais através do baixo desempenho dos candidatos que não eram apoiados pelo carlismo:

As experiências de governo no estado, entre 1986 e 1990, com Waldir Pires (1986-1989) e Nilo Coelho (1989-1990), e na cidade do Salvador, de 1985 até 1996, com Mário Kertész, Fernando José e Lídice da Mata, tiveram um desempenho bastante aquém das expectativas de mudança e do necessário enfrentamento dos graves problemas sociais, que atingiam a imensa maioria da população. Tais experiências de gestão contribuíram sobremodo para tornar possível o “retorno” do carlismo, primeiro ao governo estadual (1990) e depois ao governo municipal (1996). (RUBIM, 2002, p. 4).

Dantas Neto (2003) afirma que, [...] a supremacia carlista nos anos 90 montou-se, em sua dimensão diretamente política, sobre um tripé, cujos elementos foram, em ordem crescente, o prestígio eleitoral, manejo de recursos extra eleitorais de poder e uma aura de infalibilidade e onipotência que transmitia sensação de poder ainda maior que o exercido”.

Sem o apoio de ACM e do grupo carlista, a prefeita Lídice da Mata teve dificuldades para administrar as críticas da oposição e das bases carlistas, e todo o aparato de poder que o carlismo tinha na sociedade soteropolitana.

A disputa de 1996 teve o retorno de candidatos carlistas Antonio José Imbassahy da Silva (PFL), que era o representante do grupo, Nelson Vicente Portela Pelegrino (PT), Domingos Leonelli Netto (PSDB), Pedro Irujo Yaniz (PMDB), Afrânio de Aquino Gregório (PAN), Walter Carlos Gomes Queiroz (PRP), Ieda Souza Caldas (PMN), José Coutinho de Jesus (PGT) e Antonio Eduardo Alves de Oliveira (PCO).

De acordo com Dantas Neto (2005, p. 25), “o principal apelo da campanha de Imbassahy foi o convencimento dos cidadãos de Salvador de que as obras públicas, serviços razoáveis e a própria solvência da Prefeitura dependiam da eleição de um prefeito carlista.”. Antonio José Imbassahy da Silva (PFL) venceu a eleição com 51,6 % dos votos válidos (407. 019) contra 29,9% de Nelson Pelegrino (235. 635).

Na eleição de 2000, o candidato carlista Antonio Imbassahy (PFL) lançou-se candidato à reeleição e saiu na frente dos adversários porque somado ao apoio do carlismo, o candidato tinha avaliação positiva junto aos eleitores.

Em 2000, essa lógica foi mantida para obter a reeleição do prefeito, mas já então a ela se somava uma avaliação positiva da sua gestão por uma opinião pública ganha para uma concepção utilitarista da sociabilidade urbana, legitimando-se, em detrimento da polis, o uso econômico pragmático dos espaços da cidade. Em troca de uma manutenção eficiente – se comparada ao padrão das gestões anteriores dos equipamentos e serviços urbanos e de acenos frequentes à geração de empregos por obra de um mercado livre de amarras, a cidade passou a ver como natural e “racional” o tratamento raso, ligeiro e pouco aberto ao contraditório, por parte do poder público, de questões que lhe são culturalmente caras, como a miséria social, a sua configuração racial e religiosa e o seu patrimônio histórico, paisagístico e arquitetônico. (DANTAS NETO, 2003, p. 248).

De acordo com Oliveira (2000), Imbassahy procurou associar a sua campanha a imagem de ACM (como garantidor do futuro) de tal maneira que reproduziu traços do “painho” em sua campanha. Para Rubim (2002), a relação entre ele e ACM era uma

relação de mitificação que pode ser encontrada em materiais midiáticos, como por exemplo, no horário eleitoral gratuito levado ao ar na campanha.

A estratégia da campanha de Imbassahy foi explorar o discurso da necessidade de atuação conjunta da prefeitura, do Governo do Estado e com a União para “reerguer” Salvador. O principal adversário nessa disputa foi o então deputado estadual Nelson Pelegrino (PT), marcando o início da liderança desse partido na oposição ao carlismo. Naquele pleito, apesar da experiência bem-sucedida de união das oposições na campanha de Lídice da Mata, o anticarlismo se dividiu em diversas candidaturas.

Antonio Imbassahy (PFL) venceu a eleição no primeiro turno com 53,7 % de votos válidos contra 35,3% do candidato petista Nelson Pellegrino. Apesar da vitória de Imbassahy, o carlismo apresentava sinais de esgotamento, porém não o enfraquecimento do grupo político, mas a figura de ACM.

[...] No segundo mandato (2001-2004) exercido em meio a sérias dificuldades políticas enfrentadas pelo carlismo desde a eclosão da crise de violação do painel eletrônico do Senado em 2001 – o prefeito Imbassahy passou a ser mostrado como uma espécie de “pós-carlista” figurino aos quais importantes quadros do grupo dominante na política baiana passaram a tentar se adaptar, na busca de preservar a sua imagem pública do desgaste que ocorre com a do referido senador. (DANTAS NETO, 2005, p. 25-26).

A grande incógnita da eleição de 2004 era a de como o carlismo iria manter-se no poder, pois nacionalmente a oposição conseguia ganhar visibilidade com a vitória do presidente Lula. Na eleição de 2004 o cenário político era o seguinte:

[...]Lula puxa votos para a oposição em todo o estado. O deputado federal Jaques Wagner (PT) vence em Salvador e por cerca 4% dos votos válidos não força um 2º. turno contra Paulo Souto (PFL), na sucessão ao governo do estado. O carlismo perde parte de suas forças nas eleições de 2002 e luta para assegurar a continuidade do poder local lançando, na disputa à prefeitura de Salvador em 2004, a candidatura do ex-governador César Borges. (Oliveira, Francisco e Storni, 2010, p. 5).

Em 2004, a disputa pela administração municipal estava os seguintes candidatos: César Borges (PFL), ex-governador do estado da Bahia, Lídice da Mata (PSB) ex-prefeita e apoiada pelo PMDB, Nelson Pellegrino (PT) e João Henrique, deputado estadual (PDT), para surpresa de todos, João Henrique foi o grande destaque do pleito.

Alheio às disputas internas e à permanência do carlismo no poder,

[...] João Henrique fazia uma campanha personalista, marcada por um apelo emocional, com “postura acima de briga”, sem ataques aos adversários, apresentando propostas pragmáticas e/ou populistas. Dessa forma, ele credenciou-se como uma via alternativa, entre o “carlismo e o petismo”, no momento em que ambos mostravam-se desgastados. (RUBIM, 2000, p. 6).

No primeiro turno, João Henrique obteve 43,7 % dos votos (526.890), enquanto César Borges (PFL) 21,9 % (264.355) dos votos válidos. Nessa disputa o Partido dos Trabalhadores começou a ganhar evidência, quando Nelson Pellegrino obteve 21,7% dos votos, quase se encaminhando para a disputa do 2ª turno.

Outro fator impactante para a vantagem de João Henrique sobre os demais candidatos no primeiro turno foi a rejeição ou a avaliação negativa que os outros candidatos tinham, junto ao eleitorado.

As pesquisas realizadas ao final do 1.º turno apontavam César Borges como o campeão de rejeição. Pelegrino, por sua vez, viu sua campanha abalada pelas avaliações negativas dos primeiros meses do governo federal, devido às denúncias do escândalo do mensalão as políticas de reforma da previdência. Além disso, os ataques de Borges conseguiram convencer os eleitores que faltava prestígio ao petista para conseguir os recursos federais para a construção do metrô de Salvador, a principal intervenção da União na capital baiana. (OLIVEIRA, FRANCISCO e STORNI, 2010, p. 5)

No segundo turno, João Henrique (PDT) derrotou César Borges (PFL), com 74,7 % (876.278) dos votos válidos contra 25,3 % (296.986) do candidato oponente. A partir do resultado do segundo turno pode-se perceber que, enquanto João Henrique conseguiu aumentar significativamente seu percentual de votos em relação ao primeiro turno, César Borges manteve, no segundo turno, quase o mesmo número de votos que havia obtido anteriormente.

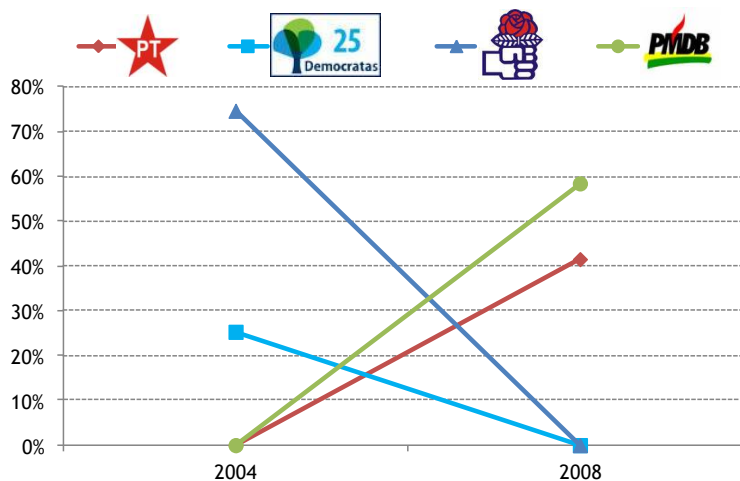


Gráfico 4 - Principais partidos na disputa eleitoral em Salvador, 2.º Turno:

Fonte: TSE – Elaborado pela autora.

De acordo com o gráfico acima é possível notar que nos dois momentos a eleição em Salvador foi disputada por dois principais grupos políticos. Em 2004, a

disputa foi entre César Borges (PFL) e João Henrique (PDT). E em 2008, João Henrique, agora o (PMDB) candidato à reeleição e o petista Walter Pinheiro.

O segredo de João Henrique foi firmar-se como uma via alternativa, entre o carlismo e o petismo, no momento em que ambos mostravam-se desgastados. Enquanto os dois grupos se digladiavam em feroz debate, João fazia uma campanha personalista, marcada pelo apelo emocional, com “postura acima de briga”, sem ataques aos adversários, apresentando propostas pragmáticas e/ou populistas [...]. (OLIVEIRA, FRANCISCO e STORNI, 2011, p. 124).

Em 2007, o carlismo sofreu uma perda significativa com o falecimento de Antônio Carlos Magalhães. ACM permaneceu a frente da política baiana por mais de cinco décadas, e a grande questão seria como o carlismo iria se manter? Se ACM Neto estaria preparado para assumir um dos grupos políticos mais importantes do Brasil?

Os resultados das disputas de 2004 e 2008 apontam para um enfraquecimento do Carlismo, com a eleição de João Henrique. Nota-se, no entanto, que o apoio do Carlismo foi imprescindível para a vitória do candidato do PMDB sobre o do PT em 2008. Em 2012, o Carlismo volta a vencer a disputa para a Prefeitura de Salvador, voltando a demonstrar vigor entre o eleitorado da capital baiana.

Após essa contextualização podemos formular algumas conclusões sobre a configuração eleitoral nas duas capitais. A primeira delas é sobre uma das características que chamam a atenção nessa disputa que é o número de candidatos que disputavam a administração municipal nas duas capitais. Em São Paulo, em todas as eleições há um número elevado de concorrentes (entre 11 e 17 candidatos), enquanto que na capital baiana, menos candidatos disputaram o cargo, variando entre um número de 5 a 10 candidatos. O que sinaliza para maior fragmentação partidária na capital de São Paulo do que na capital de Salvador e conseqüentemente para maior diversidade entre os eleitores paulistanos do que entre os da capital baiana, seguindo a lógica Downsiana.

Outra conclusão é que em São Paulo, a eleição foi decidida no segundo turno, enquanto que em Salvador, apenas no pleito de 2004 e de 2008, a disputa foi para o segundo turno, coincidentemente após o falecimento de ACM as eleições em Salvador e no estado da Bahia ganharam novos elementos na disputa. O que sinaliza para – além da fragmentação mencionada acima – maior concentração de poder entre os principais partidos em Salvador do que em São Paulo.

Por fim, na análise das eleições após 1988, verificou-se que ambas as capitais possuem um histórico eleitoral de polarização, no entanto são históricos distintos. Em

São Paulo, a eleição sempre foi polarizada entre partidos políticos, entre o PT representando “a esquerda” juntamente com demais partidos deste segmento ideológico e PSDB, PDS, PFL, PMDB, “partidos de direita”. Em Salvador, a eleição era polarizada entre grupos políticos, carlistas – grupo comandado por Antonio Carlos Magalhães – e anticarlistas.

Metodologia:

Neste tópico, apresentam-se os caminhos metodológicos adotados na pesquisa. Em uma pesquisa empírica, como é o caso desta, a principal preocupação existente diz respeito à forma como os dados foram tratados metodologicamente pelo pesquisador, tendo este a obrigação de explicitar todos os pormenores metodológicos adotados.

Sendo o objeto deste trabalho é a análise de pesquisas de intenção de voto sobre eleições municipais, o material empírico é constituído por bancos de dados referentes a pesquisas de opinião dos institutos de pesquisa Ibope⁹ e Datafolha, nas seguintes datas: São Paulo, primeiro turno, de 23 a 25 de setembro de 2008 e no segundo turno de 21 e 22 de outubro de 2008; e Salvador de 25 a 27 setembro de 2008 e de 21 e 22/10/2008 e os resultados oficiais da eleição em questão, 2008, e de outras anteriores fornecidos pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Para cumprir o objetivo da pesquisa, “uma análise comparativa das determinantes do voto nas duas capitais – São Paulo e Salvador”, o primeiro passo foi selecionar as variáveis sociodemográficas (sexo, idade, escolaridade e renda familiar) e as variáveis satisfacionistas (avaliação da administração do prefeito, governador e do presidente da república). Considerou-se para a análise apenas os votos válidos¹⁰, excluindo os votos brancos, nulos, eleitores indecisos e os que não responderam ou não souberam opinar do modelo de regressão. Para a análise dos dados trabalharemos com o software SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*).

Foram utilizadas quatro pesquisas de intenção de voto, uma pesquisa do primeiro e segundo turno para cada cidade. A pesquisa do primeiro turno de São Paulo é de 24 de setembro e a pesquisa do segundo turno é do dia 24 e 25 de outubro. Os bancos de dados de Salvador são das seguintes datas: no primeiro turno 15 e 16 de setembro e no segundo turno 21 e 22 de outubro. A margem de erro utilizada nas pesquisas foi de 2 pontos percentuais para mais ou para menos considerando um nível de confiança de 95%.

Em seguida, foram selecionados para a análise os três candidatos com maior número de votos no primeiro turno, em São Paulo – Marta Suplicy (PT), Gilberto

⁹ A autora agradece à Diretora do Instituto Ibope, Márcia Cavallari, por ter fornecido os bancos de dados referentes às eleições 2008.

¹⁰ Segundo o TSE, o voto válido é o voto dado diretamente a um determinado partido (voto de legenda).

Kassab (DEM) e Geraldo Alckmin (PSDB) – e, em Salvador – João Henrique (PMDB), Walter Pinheiro (PT) e Antônio Carlos Magalhães Neto – ACM - Neto (DEM). As variáveis sociodemográficas seguiram as seguintes composições: sexo (masculino e feminino), idade (de 16 a 24 anos, de 25 a 34 anos, de 35 a 44 anos, de 45 a 59 e 60 anos ou mais de); faixa de escolaridade (analfabeto, ensino fundamental, ensino médio e superior) e faixa de renda (até 2 salários mínimos, de 2 a 5 salários mínimos, de 5 a 20 salários mínimos e mais de 20 salários mínimos).

As variáveis “satisfacionistas” referentes à avaliação da administração do prefeito, do governador e do presidente da república, são compostas pelas seguintes categorias: péssimo, ruim, regular, bom e ótimo.

O primeiro plano de análise foi composto pelo cruzamento da variável de intenção de voto com as demográficas – sexo, faixa etária, grau de escolaridade e renda e variáveis “satisfacionistas” – avaliação de governo municipal, estadual e federal. Cada cruzamento gerou uma tabela cruzada (*crosstabs*) com a distribuição percentual e com o valor indicativo da análise de resíduos.

O segundo teste realizado foi a análise de resíduos padronizados, que é utilizado para verificar a probabilidade de chances da ocorrência de um evento, nesse caso, as chances de voto em determinado candidato.

Na apresentação dos resultados da análise de resíduos utilizamos o seguinte modelo: as caselas azuis representam as diferenças estatísticas em sentido positivo, conforme a análise residual, cujo critério foi 1,96. Valores acima de 1,96 indicam que há concentração de votos em determinadas categorias. As caselas rosas representam as diferenças estatísticas no sentido negativo, logo os valores abaixo de 1,96 não representam concentração de votos.

O segundo plano de análise refere-se aos testes inferenciais a partir do uso de regressão logística multinomial. Esse modelo é utilizado quando temos uma variável dependente em nível nominal com mais de duas categorias de respostas.

No plano das regressões logísticas multinomiais, as codificações das variáveis foram as mesmas do primeiro plano de análise, com exceção da análise do primeiro turno de Salvador, na qual foi necessário recodificar as variáveis “satisfacionistas” para atender a solicitações feitas pelo próprio programa. Sendo assim, as categorias foram agrupadas da seguinte forma: 1. Péssimo/ruim; 2. Regular; e 3. Bom/ótimo.

Para a análise do segundo turno utilizamos o teste de regressão binária, esse teste proporciona maior exatidão, sendo que uma das exigências é que a variável dependente seja obrigatoriamente dummy ou binária (que expressa ausência ou presença de atributo) e que as variáveis explicativas sejam binárias ou escalares.

Eleições Municipais de 2008:

Nesse capítulo apresentamos as análises dos bancos de dados das pesquisas de intenção de voto da eleição de 2008 para São Paulo/SP e Salvador/BA, referentes ao primeiro turno e ao segundo turno da eleição¹¹.

O modelo analítico é composto primeiramente, por cruzamento (*crosstabs*) entre as variáveis independentes com a dependente, intenção de voto, e no segundo momento, pelo teste de regressão logística multinomial e por fim, na análise do segundo turno utilizamos o teste de regressão binária, visando mapear, de forma mais precisa, os fatores que foram os principais determinantes das intenções de voto.

Eleição Municipal de São Paulo

Após contextualizarmos as eleições municipais em São Paulo no período de 1988 a 2004, apresentamos agora algumas características da disputa municipal de 2008. O primeiro turno da eleição municipal de 2008, em São Paulo, teve o cenário eleitoral delimitado por uma disputa marcada pela tentativa do retorno de políticos já conhecidos do eleitorado paulistano. Sendo que os candidatos à prefeitura de São Paulo eram Gilberto Kassab (DEM), candidato à reeleição¹², e Marta Suplicy (PT), prefeita do município, de 2000 a 2004. Além dos candidatos Geraldo Alckmin (PSDB), ex-governador do estado, Paulo Maluf (PP), ex-prefeito da capital por duas vezes, Anaí Caproni Pinto (PCO), Ciro Tiziani Moura (PTC), Edmilson Silva Costa (PCB), Ivan Valente (PSOL), Levy Fidelix (PRTB), Ruy Branco (PMN) e Soninha (PPS).

O Primeiro Turno

A conjuntura estadual era favorável a Kassab, que tinha o apoio do governador José Serra (PSDB), ex-prefeito da capital, do lado contrário, como principal oponente estava Marta Suplicy, que esperava angariar votos com o apoio do presidente Lula (PT), que tinha altos índices de aprovação.

¹¹ É importante frisar que as pesquisas de intenção de voto dizem respeito à última sondagem realizada pelos institutos Ibope e Datafolha, antes de cada turno das eleições.

¹² Gilberto Kassab era vice-prefeito e assumiu a prefeitura quando José Serra (PSDB) se afastou para concorrer ao governo do estado de São Paulo, em 2006.

De acordo com Pimentel e Camargo Penteado (2011), José Serra e parte do PSDB municipal apoiaram a continuidade de Kassab frente à prefeitura de São Paulo. Serra, contrariado com a candidatura de Alckmin, apoiou informalmente Kassab, visando à manutenção da aliança política com os Democratas. Sendo assim, o apoio de Serra a Kassab não chegou a ser oficial, já que seu partido (PSDB) tinha como candidato Geraldo Alckmin.

Esse acontecimento envolvendo os dois partidos, PSDB e Democratas, é conhecido pela literatura especializada como o efeito “cristianização¹³”, onde um partido lança um candidato próprio, mas seus principais caciques apoiam extraoficialmente o candidato adversário de outra legenda.

A candidata e ex-prefeita Marta Suplicy havia sido ministra do Turismo no governo Lula (2007-2008), cargo ao qual renunciou para disputar o pleito paulistano, porém ficaram notórias e vivas na memória suas declarações polêmicas sobre a situação aérea do país durante o caos aéreo, quando ainda ocupava o cargo de ministra. Ademais, enquanto prefeita, deixou o mandato com sérias críticas a sua atuação na área da saúde e na área de tributação, o que lhe rendeu o apelido de “Martaxa”, pelos seus adversários.

Em contrapartida, o candidato à reeleição, Gilberto Kassab, obteve 32% de aprovação na pesquisa de satisfação, no decorrer do primeiro turno, obteve um surpreendente crescimento na intenção de voto, 130%, indo para o segundo turno de onde saiu vitorioso.

O mandatário de São Paulo (SP), Gilberto Kassab (Democratas - DEM), iniciou o pleito com apenas 32% de avaliação positiva de sua gestão e 27% de rejeição. No decorrer do primeiro turno, que tem duração de 45 dias, fez crescer a aprovação de sua gestão em 14 pontos e reduziu a rejeição em três pontos junto ao eleitorado. (VEIGA, SANTOS e NEVES, 2011, p. 1).

O cenário eleitoral do primeiro turno foi delimitado, de um lado, por Gilberto Kassab (DEM), destacando os aspectos positivos de seu governo, as melhorias realizadas em sua gestão, enfatizando que em dois anos como prefeito realizou mais obras do que Marta Suplicy em quatro, 2000/2004. Já Marta Suplicy, por outro lado, procurou destacar os aspectos negativos da gestão Serra/Kassab, citando os pontos positivos de sua administração enquanto prefeita. Ou seja, Kassab adotou o discurso

¹³ A “cristianização” remete às eleições de 1950, quando Cristiano Machado – político mineiro, sem expressão nacional e representante do PSB – lança candidatura presidencial, porém os líderes do partido apoiaram extraoficialmente Getúlio Vargas e se engajaram em prol da vitória do candidato gaúcho.

típico de um mandatário em busca de sua reeleição, enquanto Marta “lançou mão” do discurso pertinente a um opositor.

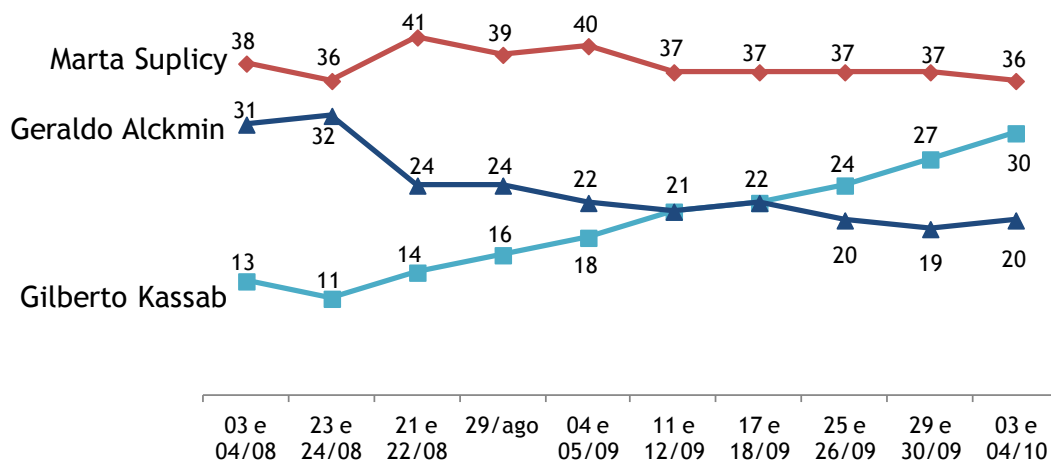


Gráfico 5 - Evolução da intenção de voto – 1.º turno¹⁴:

Fonte: Datafolha - Elaborado pela autora.

No gráfico da evolução do voto, é possível observar que Marta Suplicy esteve à frente nas pesquisas de intenção de voto durante o primeiro turno. Geraldo Alckmin nas primeiras pesquisas estava em segundo lugar, porém no final de setembro (pesquisa de 25-26/09) sofreu um declínio nas intenções de voto. Enquanto que, no mesmo período, Gilberto Kassab teve uma inclinação nas intenções de voto.

¹⁴ Dados compilados das pesquisas de intenção de votos realizadas pelo Instituto Datafolha. Disponível em: <http://datafolha.folha.uol.com.br/po/ver_po.php?session=743>.

Tabela 1 – Resultado oficial do 1.º turno, São Paulo, 2008:

Candidato/Partido	Nº de votos	% de votos
Gilberto Kassab 	2.140.423	33,61%
Marta Suplicy 	2.088.329	32,79%
Geraldo Alckmin 	1.431.670	22,48%
Paulo Salim Maluf 	376.734	5,91%
Sonia F. G. Marmo 	266.978	4,19%
Ivan Valente 	42.616	0,67%
Ruy R. Reichmann 	7.234	0,11%
José Lewy Fidelix 	5.518	0,09%
Edmilson Silva Costa 	4.300	0,07%
Ciro Tiziani Moura 	3.825	0,06%
Anai Caproni Pinto 	1.656	0,03%

Fonte: TSE – 2008 - elaboração da autora.

O resultado do primeiro turno deixou a disputa da administração municipal entre Gilberto Kassab (DEM) e Marta Suplicy (PT). O candidato democrata obteve 33,61% dos votos (2.140.423 votos), enquanto a petista obteve 32,79% (2.088.329).

Kassab foi o grande destaque do primeiro turno, pois, no início da campanha eleitoral e nas primeiras pesquisas de opinião estava desacreditado e conseguiu ao longo da campanha desbancar Geraldo Alckmin (PSDB) e Marta Suplicy (PT) que estava cotado para disputar o segundo turno.

De acordo com alguns apontamentos teóricos vistos acima, as variáveis sociodemográficas e as variáveis satisfacionistas são apresentadas como fortes preditores do voto. Sendo assim, no primeiro momento apresentaremos o cruzamento das variáveis sociodemográficas com a intenção de voto e, posteriormente, as variáveis satisfacionistas, averiguando assim, o comportamento de ambos os grupos de variáveis com a intenção de voto.

Tabela 2 -Variáveis Sociodemográficas:

Atributo		Kassab	Marta	Alckmin
Escolaridade	Analfabeto	32%	51%	16%
	Ensino Fundamental	22%	55%	23%
	Ensino Médio	33%	44%	23%
	Ensino Superior	41%	17%	42%
Faixa Etária	16-24 anos	22%	59%	19%
	25 a 34 anos	26%	50%	25%
	35 a 44 anos	31%	48%	21%
	45 a 59 anos	32%	41%	27%
	60 anos ou mais	50%	17%	33%
Renda Familiar	Até 2 SM	24%	59%	17%
	Mais de 2 até 5 SM	33%	45%	23%
	Mais de 5 a 20 SM	33%	32%	36%
	Mais de 20 SM	41%	28%	31%
Sexo	Masc	28%	47%	26%
	Fem	34%	43%	24%

Fonte: Banco de dados Ibope (24/09/2008) N=1204

A tabela 2 apresenta a relação entre as variáveis sociodemográficas e a intenção de votos para prefeito de São Paulo, verifica-se que os eleitores de baixa escolaridade (analfabeto e fundamental) mostram-se mais propensos a votar em Marta Suplicy, respectivamente 51% e 55% das intenções de voto, enquanto os eleitores com nível superior tendem a optar por Alckmin (42%) e Kassab (41%).

Em relação à faixa etária, os eleitores das faixas etárias de 16 a 24 anos e de 25 a 44 anos mostraram uma inclinação maior por Marta Suplicy, respectivamente 59% e 50% das intenções de voto. No entanto, na faixa de 60 anos ou mais, houve uma inclinação a Kassab, representando 50 % das intenções de voto. Nota-se que conforme aumenta a faixa etária e a escolaridade, ocorre um declínio nas intenções de voto em Marta Suplicy e um aumento das de Kassab.

Quanto à variável renda, eleitores de renda de até dois salários mínimos e de mais de dois até cinco salários mínimos mostraram uma inclinação por Marta Suplicy, representando 59 % e 45% das intenções de voto.

Entre as faixas de renda mais elevadas, como de cinco a 20 salários mínimos, os eleitores tendiam a votar em Geraldo Alckmin e Gilberto Kassab, representando respectivamente, 36% e 33% das intenções de voto da categoria. Na faixa mais elevada, mais de 20 salários mínimos, Kassab deteve o maior percentual de votos (41%), seguido

de Marta Suplicy e Alckmin, com respectivamente, 28% e 31% das intenções de voto da categoria.

Através da análise das intenções de voto é possível perceber que as variáveis sociodemográficas, faixa etária, escolaridade e renda, exceto a variável sexo, apresentaram bom desempenho, constituindo-se em variáveis importantes para compreender a decisão do voto no primeiro turno.

Observando a tabela 3, vemos a relação entre as intenções de voto e a satisfação do eleitor com as três esferas administrativas da federação: municipal, estadual e federal. Constata-se que há uma tendência dos eleitores que avaliam positivamente a administração Kassab entre ótimo e boa, (64% e 44 %, respectivamente), de optarem pela reeleição do prefeito. Nesse sentido, quanto maior a aprovação da administração de Gilberto Kassab menor é o percentual de intenções de voto em Marta Suplicy.

Tabela 3 – Variáveis Satisfacionistas:

Atributo		Kassab	Marta	Alckmin
Avaliação do Prefeito	Ótimo	64%	16%	19%
	Bom	44%	31%	26%
	Regular	18%	52%	30%
	Ruim	8%	78%	14%
	Péssimo	3%	80%	17%
Avaliação do Governador	Ótimo	35%	24%	41%
	Bom	38%	32%	30%
	Regular	27%	50%	23%
	Ruim	24%	68%	8%
	Péssimo	20%	69%	11%
Avaliação do Presidente	Ótimo	17%	67%	17%
	Bom	27%	52%	21%
	Regular	42%	30%	28%
	Ruim	46%	30%	24%
	Péssimo	37%	19%	43%

Fonte: Banco de dados Ibope (24/09/2008) N=1204.

No entanto, os eleitores que avaliaram regular ou negativamente a administração Kassab – regular, péssima e ruim, respectivamente 52 %, 78 % e 80% – demonstram mais inclinados a optarem por Marta Suplicy.

Em relação à satisfação com a administração estadual de José Serra (PSDB), é possível perceber que, os eleitores que aprovam a administração estadual tendem a se

dividir entre Alckmin e Kassab, dado que reafirma o fenômeno da cristianização. Nota-se que entre os eleitores que avaliam a administração estadual como ótima 41% tendem a votar em Alckmin (PSDB). Já os eleitores que avaliaram como boa, 38% tendem a intencionar seus votos a Kassab.

No entanto, percebe-se que, entre os eleitores que avaliaram a administração estadual como ruim e péssima, existe uma tendência a votarem em Marta Suplicy, representando respectivamente, 68% e 69% das intenções de voto.

Em relação à administração federal, nota-se que, entre os eleitores que avaliam a administração federal como ótima e boa, existe uma tendência a votarem em Marta Suplicy (PT), representando respectivamente, 67% e 52 % das intenções de voto. Nesse caso, é possível perceber que a avaliação do governo federal é uma variável impactante e favorável à Marta.

Os eleitores que avaliam a administração federal como regular e ruim, mostram-se propensos a votarem em Gilberto Kassab (DEM), 42% e 46% respectivamente, e os eleitores que avaliaram como péssima tenderam a votar em Alckmin (PSDB), representando 43% das intenções de voto. Dessa forma, é possível perceber que entre as variáveis satisfacionistas, a avaliação da administração municipal e federal são as que representaram maior impacto nas intenções de voto.

Sendo que a satisfação com a administração municipal tende a ter um peso maior do que as demais esferas. Além disso, eleitores de Serra, de forma positiva dividiram suas intenções de voto entre Kassab e Alckmin. A avaliação positiva da administração federal favoreceu Marta Suplicy.

Visando elucidar como foi a campanha eleitoral pelas diversas categorias de eleitorados, testamos um modelo de regressão logística multinomial que apresentaremos a seguir. Esse modelo é utilizado quando há uma variável dependente com mais de duas categorias que não podem ser ordenadas. Devido à utilização do software SPSS, foi necessário aglutinar algumas categorias e recodificá-las para se ter uma melhor compreensão dos resultados.

**Tabela 4 – Resultados do modelo de Regressão Logística Multinomial –
Intenção de voto (estimulada) base comparativa – Gilberto Kassab:**

Parameter Estimates						
Candidato(a)	Variáveis	B	Std. Error	Sig.	Exp(B)	% de Chance
Marta	Intercept	,209	,892	,815		
	Idade	-,045	,008	,000	,956	-4,4
	Masculino	-,255	,212	,230	,775	-22,5
	Feminino					
	Analfabeto/Funcional	1,299	,439	,003	3,664	266,4
	Fundamental Completo	1,113	,398	,005	3,044	204,4
	Médio Completo	,154	,361	,669	1,167	16,7
	Superior Completo					
	Até 2 Salários Mínimos	,897	,655	,171	2,452	145,2
	2 a 5 Salários Mínimos	,427	,630	,498	1,532	53,2
	5 a 20 Salários Mínimos	,580	,632	,359	1,787	78,7
	Mais de 20 Salários Mínimos					
	Avaliação Prefeito - Péssimo	5,092	,719	,000	162,717	16171,7
	Avaliação Prefeito - Ruim	4,029	,708	,000	56,217	5521,7
	Avaliação Prefeito - Regular	3,038	,415	,000	20,872	1987,2
	Avaliação Prefeito - Bom	1,515	,381	,000	4,549	354,9
	Avaliação Prefeito - Ótimo					
	Avaliação Governador - Péssimo	,555	,532	,296	1,742	74,2
	Avaliação Governador - Ruim	1	,604	,359	1,739	73,9
	Avaliação Governador - Regular	,055	,464	,905	1,057	5,7
	Avaliação Governador - Bom	-,246	,444	,580	,782	-21,8
	Avaliação Governador - Ótimo					
	Avaliação Presidente - Péssimo	-2	,456	,000	,087	-91,3
	Avaliação Presidente - Ruim	-3,128	,547	,000	,044	-95,6
Avaliação Presidente - Regular	-2,393	,335	,000	,091	-90,9	
Avaliação Presidente - Bom	-1,006	,301	,001	,366	-63,4	
Avaliação Presidente - Ótimo						
Alckmin	Intercept	,018	,710	,979		-100,0
	Idade	-,008	,007	,243	,992	-,8
	Masculino	,197	,210	,347	1,218	21,8
	Feminino					
	Analfabeto/Funcional	-,586	,402	,145	,556	-44,4
	Fundamental Completo	,078	,349	,823	1,081	8,1
	Médio Completo	-,778	,300	,009	,459	-54,1
	Superior Completo					
	Até 2 Salários Mínimos	,143	,551	,795	1,154	15,4
	2 a 5 Salários Mínimos	,019	,514	,971	1,019	1,9
	5 a 20 Salários Mínimos	,485	,499	,330	1,625	62,5
	Mais de 20 Salários Mínimos					
	Avaliação Prefeito - Péssimo	3,698	,731	,000	40,363	3936,3
	Avaliação Prefeito - Ruim	2,828	,765	,000	16,916	1591,6
	Avaliação Prefeito - Regular	2,603	,397	,000	13,502	1250,2
	Avaliação Prefeito - Bom	,939	,347	,007	2,557	155,7
	Avaliação Prefeito - Ótimo					
	Avaliação Governador - Péssimo	-1,558	,532	,003	,211	-78,9
	Avaliação Governador - Ruim	-2,155	,666	,001	,116	-88,4
	Avaliação Governador - Regular	-1,503	,401	,000	,223	-77,7
	Avaliação Governador - Bom	-,742	,357	,037	,476	-52,4
	Avaliação Governador - Ótimo					
	Avaliação Presidente - Péssimo	,297	,401	,459	1,345	34,5
	Avaliação Presidente - Ruim	-,952	,538	,077	,386	-61,4
Avaliação Presidente - Regular	-,419	,350	,231	,658	-34,2	
Avaliação Presidente - Bom	-,151	,346	,663	,860	-14,0	
Avaliação Presidente - Ótimo						
N:832	Chi-Square/Sig.:444,875 ,000	Nagelkerke: ,469		Classification:63%		

Marta Suplicy: Em relação à faixa etária, a cada acréscimo de ano de idade reduz em 4,4% as chances de o eleitor votar em Marta, comparado com as chances de votar em Kassab, sendo que a variável idade, neste caso, é medida em anos, o acumulado é altamente desfavorável à candidata.

Eleitores analfabetos têm 266,4% de chances de votar em Marta Suplicy do que em Kassab, se comparado aos eleitores que possuem ensino superior. Eleitores que possuem ensino fundamental têm 204,4% de chances de votar em Marta do que em Kassab, se comparado aos eleitores que possuem ensino superior.

A categoria renda e avaliação da administração estadual não foram analisadas porque não apresentaram significância (o valor máximo para que fosse significativo é de 0.05).

Entre as variáveis satisfacionistas é possível perceber que os eleitores que avaliaram a administração do prefeito Kassab, como péssimo têm 1.617,7% de chances de votar em Marta do que em Kassab, se comparado aos eleitores que avaliaram o ex-prefeito como ótimo. Enquanto os que avaliaram a administração como ruim têm 5.521,7% de chances de votar em Marta do que em Kassab, se comparado aos eleitores que avaliaram a gestão como ótima. Os eleitores que avaliaram como regular têm 1.987,2 %, de chances de votar em Marta se comparado com os eleitores que avaliaram a administração municipal como ótima. Enquanto os eleitores que avaliaram a administração municipal como boa têm 354,9 % de chances de votar em Marta do que em Kassab se comparado aos que avaliaram a administração do prefeito como ótima.

Quanto à comparação entre a satisfação com a administração federal é possível perceber que entre os indivíduos que avaliaram a administração federal como péssima reduzem-se em 91,3% as chances de votar em Marta do que em Kassab, se comparado aos eleitores que avaliaram a administração do ex-presidente Lula como ótimo.

Entre os indivíduos que avaliaram o governo federal como ruim têm menos possibilidade (menos 95,6%) de votarem em Marta do que em Kassab, se comparado aos eleitores que avaliaram a administração federal como ótima.

Entretanto, os eleitores que avaliaram como regular apresentam redução de 90,9% de chances de votar em Marta do que em Kassab se comparado com eleitores que avaliaram como ótimo. Por fim, eleitores que avaliaram a gestão do presidente Lula como regular têm menos possibilidade (menos que 63,4%) de votar em Marta do que

em Kassab, se comparado aos eleitores que avaliaram a administração do ex-presidente Lula como ótima.

Quanto à comparação com Geraldo Alckmin, na análise das variáveis sociodemográficas, apenas a categoria ensino médio se mostrou significativa. Eleitores que possuem ensino médio apresentam redução de 54,1% de chances de votar em Alckmin do que em Kassab, se comparado aos eleitores de ensino superior. As demais variáveis idade, sexo, renda e demais categorias de escolaridade não foram analisadas porque não apresentaram significância.

Em relação às variáveis satisfacionistas é possível perceber que os eleitores que avaliaram a administração municipal como péssima têm 3.936% de chances de votar em Alckmin do que em Kassab, eleitores que avaliaram como ruim têm 1.591.6% de chances de votar em Alckmin do que em Kassab, sendo que eleitores que avaliaram como regular têm 1.250.2% de chances de votar em Alckmin do que em Kassab e por fim, eleitores que avaliaram a gestão do prefeito Kassab como boa têm 155,7% de chances de votar em Alckmin do que em Kassab, se comparado com os eleitores que avaliaram a administração federal como ótima.

Em relação à administração estadual observa-se que entre os eleitores que avaliaram a administração estadual como péssima apresentam redução de 78,9% de chances de votar em Alckmin comparado ao Kassab, o mesmo ocorre nas demais faixas de avaliação. Eleitores que avaliaram como ruim apresentaram redução de 88,4% de chances de votar em Alckmin do que em Kassab, se comparado aos eleitores que avaliaram a gestão de Serra como ótima. Eleitores que avaliaram como regular têm redução de 77,7% de chances de votar em Alckmin do que em Kassab, se comparado aos eleitores que avaliaram a gestão estadual como ótima e entre os eleitores que avaliaram como boa a redução é de 52,4% das chances de votar em Alckmin do que em Kassab, se comparado com eleitores que avaliaram a gestão do governador José Serra como ótima.

Geraldo Alckmin: Em relação às variáveis satisfacionistas, as intenções de voto de Alckmin estão concentradas entre os eleitores que avaliaram a gestão de Kassab negativamente, como péssimo e ruim, à medida que aumenta a satisfação com a administração do prefeito diminuem as chances do eleitor votar em Alckmin.

O Segundo Turno

A disputa eleitoral em São Paulo manteve duas características ao longo dos anos, a de ter sido 1) sempre decidida no segundo turno, revelando o caráter competitivo da disputa e 2) e outro fator, a presença contínua do Partido dos Trabalhadores na disputa municipal da capital, fato que ocorre desde a primeira eleição após a redemocratização, em 1988. Em relação ao pleito de 2008, o fato inédito diz respeito à reeleição de Gilberto Kassab¹⁵ que foi o primeiro candidato a atingir tal feito em São Paulo.

O gráfico a seguir mostra a evolução das intenções de voto em quatro pesquisas realizadas durante o segundo turno.

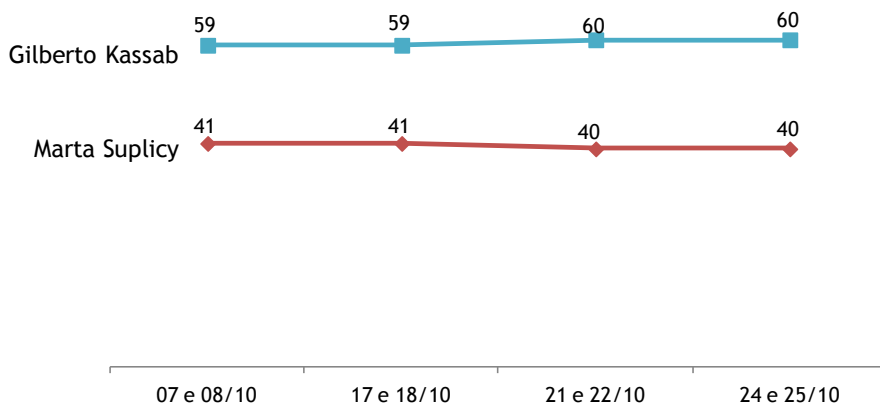


Gráfico 6 – Intenção de Voto 2º turno¹⁶:

Fonte: Datafolha - Elaborado pela autora.

Após a divulgação do resultado do primeiro turno, os candidatos buscaram apoio para o momento “derradeiro” da eleição. No segundo turno, um dos apoios mais “disputados” foi o de Geraldo Alckmin (PSDB), terceiro colocado na eleição, com 22,48% dos votos. Kassab conseguiu obter apoio de Alckmin e de partidos como PPS e PTB, enquanto Marta, contou com o apoio do PRTB.

A propaganda eleitoral do segundo turno foi marcada pela troca de acusações entre os candidatos. Além disso, os dois candidatos, Marta Suplicy e Gilberto Kassab entraram na disputa para tentar diminuir a rejeição junto ao eleitorado.

¹⁵ Gilberto Kassab era vice-prefeito de José Serra (2004-2008) e assumiu o governo quando Serra se candidatou ao governo estadual em 2006.

¹⁶ Dados compilados das pesquisas eleitorais realizadas pelo Instituto Datafolha. Disponível em: <http://datafolha.folha.uol.com.br/po/ver_po.php?session=770>.

Além disso, durante a campanha, Kassab associou a “[...] administração petista à criação de impostos, que lhe valeram o apelido de “Martaxa” entre a população paulistana [...]” (Pimentel e Camargo Penteado, 2011, p. 37).

Podemos conjecturar alguns fatores que contribuíram para a rejeição de Kassab, destaque para a implantação de um de seus projetos, a Lei n 14.223¹⁷, Cidade Limpa, em que o objetivo era dar um choque de ordem na cidade a partir da proibição de publicidade externa, como *outdoors*, painéis, etc. Outro fato foi o episódio ocorrido na unidade de saúde que ficou conhecido como “caso Kaiser”, quando Kassab expulsou um manifestante que alegava estar sendo prejudicado pela Lei Cidade Limpa. “O destempero de Kassab teve uma repercussão negativa, mas ao menos serviu para que o prefeito se tornasse um pouco mais conhecido da população.” (Pimentel e Camargo Penteado, 2011, p. 34). O resultado do segundo turno – após a redução de tal rejeição do mandatário - foi a vitória de Kassab, com 60,72% dos votos válidos contra 39,28 % de Marta Suplicy.

Tabela 5 - Resultado oficial do 2º turno de São Paulo - 2008:

Candidato	Partido	Nº de votos	% de votos
Gilberto Kassab	 Democratas 25	3.790.558	60.72%
Marta Suplicy	 PT	2.452.527	39.28%

Fonte: TSE - 2008.

Considerando os dados da pesquisa de intenção de voto do primeiro turno e a conjectura que foi apresentada anteriormente. Faremos um comparativo entre os dois momentos da eleição de São Paulo.

De acordo com a tabela 6, é possível notar que as variáveis sociodemográficas auxiliaram na compreensão da distribuição dos votos conforme os diversos segmentos da sociedade paulistana. Em comparação com o primeiro turno, no segundo turno, Marta Suplicy teve um declínio das intenções de voto em todas as categorias e, conseqüentemente, houve um aumento no número de intenções de voto em Kassab. Eleitores de todas as faixas de escolaridade – analfabetos, ensino fundamental, ensino médio e superior – se mostraram propensos a intencionarem seus votos para Gilberto

¹⁷ Disponível em:

<http://www3.prefeitura.sp.gov.br/cadlem/secretarias/negocios_juridicos/cadlem/integra.asp?alt=27092006L142230000>.

Kassab, representando respectivamente, 52 %, 53%, 59% e 81% dos eleitores de cada uma das categorias.

Tabela 6 – Variáveis Sociodemográficas – 2ª turno

Atributo		Kassab	Marta
Escolaridade	Analf	52%	48%
	Ensino Fundamental	53%	47%
	Ensino Médio	59%	41%
	Ensino Superior	81%	19%
Faixa Etária	16-24 anos	49%	51%
	25 a 34 anos	54%	46%
	35 a 44 anos	57%	43%
	45 a 59 anos	63%	37%
	60 anos ou mais	73%	27%
Renda Familiar	Até 2 SM	46%	53%
	Mais de 2 até 5 SM	56%	44%
	Mais de 5 a 20 SM	71%	29%
	Mais de 20 SM	91%	9%
Sexo	Masc	56%	44%
	Fem	62%	38%

Fonte: Banco de dados Datafolha – 2008 N= 1979.

Em relação à variável faixa etária, as diferenças percentuais de intenções de voto, que haviam sido observadas no primeiro turno tiveram um declínio. No entanto, mantêm-se a inclinação de intenções de voto pró-Kassab que havia sido observada no primeiro momento entre os eleitores da faixa etária de 60 anos ou mais de, representando 73% contra 27% das intenções de voto em Marta. Eleitores mais velhos têm uma propensão maior a intencionarem seus votos para o candidato democrata.

Nota-se que Marta Suplicy teve um declínio de intenções de voto entre todas as categorias, com exceção da faixa de 16 a 24 anos. No que se refere à variável renda, no primeiro turno, 59% dos eleitores de renda de até 2 salários mínimos tinham a intenção de direcionar seus votos para Marta, no segundo turno esse percentual diminuiu para 53% das intenções de voto nessa categoria.

O candidato democrata, Gilberto Kassab, não só manteve os percentuais de voto que haviam sido obtidos na pesquisa do primeiro turno, como aumentou o percentual de votos entre os eleitores de renda mais elevadas. Eleitores com renda de 5 a 20 salários mínimos e mais de 20 salários mínimos, que no primeiro turno apresentaram 33% e

41% das intenções de voto, no segundo turno apresentam respectivamente, 71 e 91% das intenções de voto de cada categoria.

Quanto à variável sexo, na comparação com o primeiro turno, os votos sofreram uma inversão entre os candidatos. No primeiro turno, Marta Suplicy obteve 47% das intenções de voto entre os homens e 43% das intenções de voto entre as mulheres. No segundo turno, tanto os homens quanto as mulheres se mostraram mais propensos a votarem em Kassab, sendo que 56% dos homens intencionaram seus votos em Kassab contra 44% para Marta. Entre as mulheres, a inclinação de votos também é pró-Kassab, 62% tendem a optar pelo candidato, enquanto 38% dos eleitores dessa categoria optam por intencionar seus votos para Marta.

A tabela 7 apresenta o cruzamento entre as intenções de voto e as variáveis satisfacionistas. Em relação à avaliação da administração municipal, em comparação com o primeiro turno nota-se que aumentou a concentração de votos que já havia sido observada no 1.º turno. Eleitores que avaliam negativamente a administração de Kassab (DEM), como péssimo, ruim e regular, apresentam respectivamente, 97%, 92% e 67% das intenções de voto para Marta Suplicy.

Tabela 7 – Variáveis Satisfacionistas:

Atributo		Kassab	Marta
Avaliação do Prefeito	Ótimo	93%	7%
	Bom	77%	23%
	Regular	33%	67%
	Ruim	8%	92%
	Péssimo	3%	97%
Avaliação do Governador	Ótimo	87%	13%
	Bom	71%	29%
	Regular	54%	46%
	Ruim	31%	70%
	Péssimo	28%	72%
Avaliação do Presidente	Ótimo	30%	70%
	Bom	54%	46%
	Regular	72%	28%
	Ruim	83%	17%
	Péssimo	87%	13%

Fonte: Banco de dados Datafolha –21 e 22/10 2008 N= 1979.

A tendência de voto observada no primeiro turno, de que prefeito bem avaliado tem mais chances de ser reeleito, se acentuou na disputa final. Os eleitores que

avaliaram a administração de Kassab positivamente, como ótima e boa, 93% e 77%, respectivamente, tendem a optar por sua reeleição¹⁸.

A variável satisfação com a administração estadual demonstra que eleitores que avaliam a administração do governador José Serra como positiva, ótima e boa, apresentam, respectivamente, 87% e 71% das intenções de voto em Kassab.

No entanto, os eleitores que avaliaram a administração estadual negativamente, entre ruim e péssimo, 70% e 72% das intenções de voto, tendem a votar na candidata petista – Marta Suplicy.

Por fim, temos a variável que se refere à satisfação com a administração federal, do presidente Lula. Numa comparação com o primeiro turno, é possível perceber que o percentual de intenções de voto em Marta Suplicy manteve-se o mesmo do primeiro turno. Eleitores que avaliaram o governo federal como ótimo (70%) intencionaram seus votos para Marta, enquanto que no primeiro turno o percentual foi de 67% das intenções de voto nessa categoria.

No entanto, houve um aumento do percentual de intenções de voto pró- Kassab entre os eleitores que avaliaram a administração federal, como regular, ruim e péssima, representando respectivamente, 72%, 83% e 87% das intenções de voto de cada categoria.

A seguir é apresentada a tabela de regressão do segundo turno de São Paulo, esse modelo analítico faz um comparativo entre os dois candidatos. Para que o resultado fosse mais preciso foi necessário adequar algumas categorias, nesse caso escolaridade e renda.

¹⁸ Essa acentuação era esperada, tendo em vista que a disputa no segundo turno fica polarizada apenas em duas forças políticas.

Tabela 8 – Modelo de Regressão Logística Binária - Voto no Kassab:

Variáveis	B	Wald	Sig.	Exp(B)	% de Chance
Idade	.032	37.821	.000	1.033	3
Sexo	-.234	2.574	.109	.791	-21
Escolaridade	.284	11.367	.001	1.328	33
Renda	.479	21.018	.000	1.614	61
Avaliação Prefeito	1.826	285.723	.000	6.207	521
Avaliação Governador	.355	19.630	.000	1.426	43
Avaliação Presidente	-1.012	129.500	.000	.363	-64
N: 1674; Sig.: .000; R2 (Nagelkerke): .611					

Fonte: Banco de dados Datafolha –21 e 22/10 2008 N= 1979

A primeira variável do modelo é a idade, segundo o teste, à medida que aumenta a idade do eleitor, aumentam em 3% as chances de o eleitor votar em Kassab. A variável escolaridade mostra que conforme aumenta a escolaridade, aumenta em 33% as chances do eleitor votar em Kassab. Da mesma forma, com o aumento da renda do eleitor aumentam as chances de voto em Kassab em 61%.

Partindo para as variáveis satisfacionistas, tem-se a avaliação do prefeito, é possível constatar que na medida em que os indivíduos aumentam uma unidade na avaliação do prefeito, aumentam em 521% as chances do eleitor votar em Kassab. A variável avaliação do governador, mostra que a medida que os indivíduos aumentam em uma unidade a avaliação do governador – José Serra, aumentam em 43% as chances do eleitor votar em Kassab. Por fim, em relação à avaliação do presidente da república, é possível perceber que a medida que os indivíduos aumentam uma unidade na avaliação de prefeito, diminuem 64% as chances do eleitor votar em Kassab.

Tabela 9 – Modelo de Regressão Logística Binária- Voto em Marta:

Variáveis	B	Wald	Sig.	Exp(B)	% de Chance
Idade	-.032	37.821	.000	.969	-3
Sexo	.234	2.574	.109	1.264	26
Escolaridade	-.284	11.367	.001	.753	-25
Renda	-.479	21.018	.000	.620	-38
Avaliação Prefeito	-1.826	285.723	.000	.161	-84
Avaliação Governador	-.355	19.630	.000	.701	-30
Avaliação Presidente	1.012	129.500	.000	2.752	175
N: 1674; Sig.: .000; R2 (Nagelkerke): .611					

Fonte: Banco de dados Datafolha –21 e 22/10 2008 N= 1979.

Entre as variáveis sociodemográficas, a variável idade mostra que à medida que aumenta a idade do eleitor, diminuí em 3% as chances de o eleitor votar em Marta Suplicy. A variável escolaridade mostra que conforme aumenta a escolaridade, diminuem em 25% as chances de o eleitor votar em Marta. Em relação à renda, na medida em que aumenta a faixa de renda do eleitor diminuem as chances de votar em Marta, 38%.

Em relação às variáveis satisfacionistas, a satisfação com a administração do prefeito mostra que o aumento de uma unidade na avaliação significa a redução de 84% de chances de votar em Marta. A análise da variável de satisfação com a administração estadual aponta que, o aumento de uma unidade na avaliação, traduz-se na redução de 30% de chances de votar em Marta. Em relação a avaliação do presidente, o aumento de uma unidade em sua avaliação, aumenta em 175% as chances de voto em Marta.

Síntese de São Paulo

No primeiro turno, as variáveis sociodemográficas foram importantes para compreender as determinantes do voto na capital paulista. Na comparação entre Marta Suplicy (PT) e Gilberto Kassab (DEM) observa-se que a candidata era opção entre os eleitores mais jovens, analfabetos e os que possuíam ensino fundamental.

Quanto às variáveis satisfacionistas, Marta teve êxito entre os eleitores que avaliaram a administração municipal negativamente, como péssimo, ruim e regular.

Geraldo Alckmin: Em relação às variáveis satisfacionistas, as intenções de voto de Alckmin estão concentradas entre os eleitores que avaliaram a gestão de Kassab negativamente, como péssimo e ruim, à medida que aumenta a satisfação com a administração do prefeito diminuem as chances do eleitor votar em Alckmin.

No segundo turno, Marta Suplicy manteve vantagem entre os eleitores das mesmas faixas que haviam sido observadas no primeiro turno, eleitores mais jovens, de escolaridade e renda baixa. Porém, conforme aumentava a idade do eleitor, diminuía as chances de votos da candidata petista, as eleitoras apresentaram maiores chances de votar em Marta. Quanto à escolaridade, Marta obteve maior intenção de voto entre eleitores de menor escolaridade, conforme aumentava a escolaridade diminuía as chances de voto em Marta. Em relação à renda, Marta obteve maior percentual de voto entre eleitores de renda baixa à medida que aumentava a renda do eleitorado diminuía as chances de Marta.

Na análise das variáveis satisfacionistas, Marta Suplicy obteve maiores chances de voto entre os eleitores que avaliaram negativamente como péssima, ruim e regular a administração de Gilberto Kassab. Esses grupos de eleitores têm mais chances de votar em Marta do que em Kassab. Conforme aumenta a avaliação da administração de Kassab diminuem as chances de voto de Marta. O mesmo cenário é observado na avaliação da administração estadual (José Serra), eleitores que avaliaram a gestão de Serra negativamente têm mais chances de votar em Marta do que em Kassab. Na medida em que melhora a satisfação com a administração estadual diminuem as chances de intenções de voto de Marta. Por fim, eleitores que avaliaram negativamente a administração federal têm menos chances de votar em Marta do que em Kassab. As chances de Marta aumentam à medida que os eleitores avaliaram como positiva a gestão de Lula.

Por fim, podemos concluir que na eleição de São Paulo, tiveram dois grupos de preditores do voto. No primeiro turno, as variáveis sociodemográficas tiveram um impacto maior, delimitando os votos de grupos de eleitores para cada candidato. Porém, no segundo turno as variáveis sociodemográficas perderam “peso” para as variáveis satisfacionistas. Entre as categorias de variáveis satisfacionistas, a avaliação da administração municipal teve maior evidência.

A Eleição Municipal de Salvador

A eleição de Salvador apresentou alguns fatores significativos para a configuração político e eleitoral, como a reeleição de João Henrique (PMDB), a presença de um representante “nato” do carlismo, Antonio Carlos Magalhães Neto e a inserção do Partido dos Trabalhadores na disputa com Walter Pinheiro.

O Primeiro Turno

A configuração eleitoral municipal de 2008 não foi a mesma observada nas eleições anteriores, conforme capítulo II, em Salvador. A disputa esteve polarizada entre três grupos, o carlismo, o anticarlismo e o petismo – uma terceira força –, que nessa eleição teve como aliado o governador do estado baiano, Jacques Wagner, e federal, Luiz Inácio Lula. Nesse momento, o carlismo se encontrava num período de baixas eleitorais que, por sua vez, eram resultantes de perdas eleitorais, dentre elas, a ausência de seu líder, o senador ACM, que faleceu em 20 de julho de 2007.

O declínio do carlismo na esfera local e regional e a emergência das forças de esquerda e centro-esquerda, materializada nas vitórias de Lula (2002 e 2006), João Henrique (2004) e Jaques Wagner (2006), foram as principais características conjunturais desse pleito, conforme Oliveira (2007). “Deve-se salientar que embora em refluxo, o carlismo ainda se colocava como uma alternativa para pelo menos um quarto do eleitorado soteropolitano.” (OLIVEIRA e STORNI, 2010, p. 03)

Assim, os candidatos à prefeitura de Salvador foram João Henrique (PMDB), candidato à reeleição, o deputado federal Walter Pinheiro (PT), Antonio Carlos Magalhães Neto, deputado federal e neto de Antônio Carlos Magalhães (DEM), Antônio Imbassahy (PSDB), ex-prefeito de Salvador e Hilton Coelho (PSOL), deputado estadual.

João Henrique (PMDB) deu início à campanha política com baixos índices de avaliação do seu governo, além disso, o ex-prefeito sofria uma perda gradual de aliados. Como estratégia para recompor sua imagem junto ao eleitorado, dando um “*upgrade*” para sua candidatura, “[...] buscou apoio junto ao partido forte para apoiar seu projeto de

reeleição, João Henrique deixou o PDT e ingressou no PMDB, em maio de 2007.” (OLIVEIRA *et al* 2011, p. 126).

O gráfico abaixo mostra a evolução do voto nas pesquisas de intenção de voto realizadas no primeiro turno.

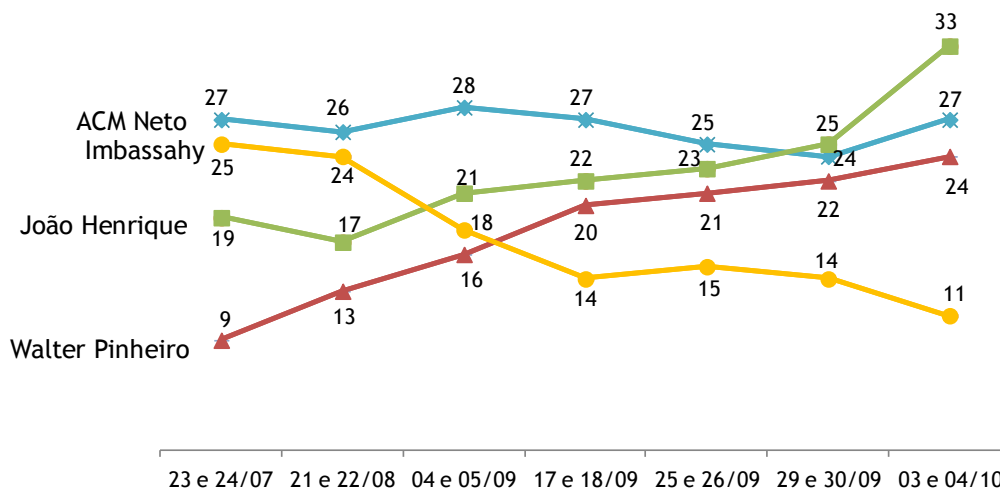


Gráfico7 - Evolução da intenção de voto 1.º turno Salvador - 2008¹⁹:

Fonte: Datafolha - Elaborado pela autora.

O gráfico da evolução do voto mostra que ACM Neto esteve à frente nas pesquisas de intenção de voto até o final de setembro. Antonio Imbassahy estava em segundo lugar nas pesquisas de intenção de voto, porém teve um declínio a partir de setembro. Enquanto as intenções de voto de João Henrique, candidato à reeleição tiveram uma inclinação em setembro. No mesmo período, Walter Pinheiro teve um aumento das intenções de voto.

Para contornar os baixos índices de aprovação de sua administração, ao longo da campanha João Henrique procurou destacar suas realizações enquanto prefeito de Salvador.

No primeiro turno, diante das acusações de ineficiência, incompetência e má utilização de recursos públicos, o incumbente buscou contrapor realizações no campo da urbanização[...]. Seu discurso dirigiu-se, sobretudo, aos segmentos de baixa renda, destacando que trabalhou em prol dos mais carentes: liberou o trabalho informal, fez micro-obras de infraestrutura urbana [...] (OLIVEIRA, FRANCISCO E STORNI, 2010, p. 19).




Além de defender sua gestão, João Henrique procurou, no decorrer da campanha, convencer o eleitor que era ungido pelo Presidente Lula, pelo governador

¹⁹ Dados compilados das pesquisas eleitorais realizadas pelo Instituto Datafolha. Disponível em: <http://datafolha.folha.uol.com.br/po/ver_po.php?session=755>.

Jacques Wagner e pelo ministro Geddel Vieira Lima – um dos representantes do carlismo – prestando conta de sua gestão, defendendo seu governo e apresentando propostas de obras futuras, conforme Oliveira, Francisco e Storni (2010). Com essas estratégias de campanha, pode-se dizer que João Henrique soube utilizar do voto retrospectivo e prospectivo e emplacou um crescimento nas pesquisas de intenção de voto de 74%.

O resultado do primeiro turno deixou a disputa da prefeitura soteropolitana entre João Henrique (PDT) e Walter Pinheiro (PT), sendo que a grande surpresa foi a ausência do representante do carlismo, ainda mais sendo esse representante o neto de ACM. O candidato à reeleição obteve 30,97% dos votos (402.684), enquanto o candidato petista obteve 30,06% (390.933).

Tabela 10 – Resultado do 1.º turno, Salvador, 2008:

Candidato	Partido	Nº de votos	% de votos
João Henrique		402.684	30.97%
Walter Pinheiro		390.933	30.06%
ACM - Neto		346.881	26.68%
Antônio Imbassahy		108.660	8.36%
Hilton Coelho		51.196	3.94%

Fonte: TSE-2008.

Na tabela abaixo, apresentamos o cruzamento entre as variáveis sociodemográficas com a intenção de voto e, posteriormente, as variáveis satisfacionistas, averiguando assim, o comportamento de ambos os grupos de variáveis com a intenção de voto. Porém, nenhuma das variáveis sociodemográficas e suas categorias mostrou-se significativa para a análise da decisão do voto em Salvador.

Tabela 11 – Variáveis Sociodemográficas:

Atributo		João Henrique	Walter Pinheiro	ACM
Escolaridade	Analfabeto	37%	21%	42%
	Ensino Fundamental	30%	25%	45%
	Ensino Médio	27%	32%	41%
	Ensino Superior	17%	50%	33%
Faixa Etária	16-24 anos	24%	35%	41%
	25 a 34 anos	32%	32%	36%
	35 a 44 anos	27%	21%	52%
	45 a 59 anos	34%	26%	40%
	60 anos ou mais de	31%	17%	51%
Renda Familiar	Até 2 SM	29%	26%	45%
	Mais de 2 até 5 SM	33%	29%	38%
	Mais de 5 a 20 SM	23%	25%	52%
	Mais de 20 SM	0%	100%	0%
Sexo	Masc	27%	29%	44%
	Fem	32%	27%	41%

Fonte: Pesquisa Ibope (25 a 27/09 de 2008) N= 805.

Na tabela 12, vemos a associação entre as variáveis satisfacionistas e as intenções de votos. Eleitores que avaliaram positivamente a administração de João Henrique (PMDB), como ótima e boa, tendem a intencionar seus votos para o mandatário, apresentando respectivamente, 89% e 68% das intenções de voto. A relação entre a satisfação com a administração e as intenções de voto de João Henrique era um resultado esperado, considerando que João Henrique era candidato a reeleição.

Tabela 12 – Variáveis Satisfacionistas:

Atributo		João Henrique	Walter Pinheiro	ACM
Avaliação do Prefeito	Ótimo	89%	4%	7%
	Bom	68%	16%	16%
	Regular	19%	33%	48%
	Ruim	0%	45%	55%
	Péssimo	2%	30%	68%
Avaliação do Governador	Ótimo	42%	37%	21%
	Bom	37%	31%	32%
	Regular	26%	26%	48%
	Ruim	26%	16%	58%
	Péssimo	8%	25%	67%
Avaliação do Presidente	Ótimo	41%	32%	27%
	Bom	27%	32%	42%
	Regular	19%	12%	69%
	Ruim	20%	20%	60%
	Péssimo	33%	13%	53%

Fonte: Pesquisa Ibope (27-28/09 de 2008) N= 805.

No entanto, eleitores que avaliaram a gestão de João Henrique negativamente, entre péssimo e ruim, tendem a intencionar suas intenções de voto para ACM Neto (68% e 55%) e para Walter Pinheiro (45% e 30%), respectivamente.

Em relação à satisfação com a administração do governador, é possível perceber que os eleitores que avaliaram positivamente a administração do governador Jacques Wagner (PT) positivamente, entre ótimo e bom, tenderam a intencionar seus votos para João Henrique (PMDB), representando respectivamente, 42% e 37% das intenções de voto dessas categorias. Esse dado mostrou em partes que a estratégia de João Henrique foi positiva, ele obteve sucesso ao associar sua imagem junto à do governador e do Presidente da República. Feito que Walter Pinheiro, na condição de petista, não conseguiu isso.

Entretanto, eleitores que avaliaram a administração estadual negativamente, entre ruim e péssimo, tendem a intencionar seus votos para o candidato democrata ACM Neto, representando respectivamente, 58% e 67% das intenções de voto dessas categorias.

Por fim, a associação entre a satisfação com a gestão do Presidente da República e as intenções de voto. Eleitores que avaliaram o presidente Lula como ótimo tendiam a

intencionar seus votos para João Henrique (PMDB), representando 41% das intenções de votos. No entanto, eleitores que avaliaram a administração federal como péssimo, tendiam a intencionar seus votos para o candidato democrata ACM Neto, representando 27% das intenções de voto.

No entanto, eleitores que avaliaram a administração federal negativamente, como regular, ruim e péssimo, tendiam a intencionar seus votos para ACM Neto, representando respectivamente, 69%, 60% e 53% das intenções de voto de cada uma dessas categorias.

A seguir, apresentamos o modelo de regressão do primeiro turno de Salvador, modelo analítico que faz um comparativo entre os candidatos. Para que o resultado fosse mais preciso foi necessário compilar algumas categorias devido à exigência do programa.

Tabela 13 – Resultados do modelo de intenção de voto (estimada) base comparativa – João Henrique – 1.º turno:

Parameter Estimates						
Candidato(a)	Variáveis	B	Std. Error	Sig.	Exp(B)	% de Chance
Walter Pinheiro	Intercept	-.073	1.280	.003	.954	
	Idade	-.204	.145	1.975	.160	-84.0
	Masculino	-.010	.327	.001	.975	-2.5
	Feminino					
	Analfabeto/Funcional	-.350	1.216	.774	.705	-29.5
	Fundamental Completo	-.880	1.166	.451	.415	-58.5
	Médio Completo	-.788	1.146	.492	.455	-54.5
	Superior Completo					
	Até 2 Salários Mínimos	-.040	.583	.945	.961	-3.9
	2 a 5 Salários Mínimos	-.346	.576	.549	.708	-29.2
	5 a mais de 20 Salários Mínimos					
	Avaliação Prefeito -	5.568	.861	.000	261.870	26087.0
	Avaliação Prefeito - Regular	2.579	.393	.000	13.180	1218.0
	Avaliação Prefeito - Bom/Ótimo					
	Avaliação Governador -	-.848	.691	.219	.428	-57.2
	Avaliação Governador - Regular	-.273	.362	.450	.761	-23.9
	Avaliação Governador -					
	Avaliação Presidente -	-1.612	1.083	.137	.200	-80.0
	Avaliação Presidente - Regular	-1.392	.580	.016	.249	-75.1
	Avaliação Presidente -					
ACM-NETO	Intercept	-1.369	1.303	.293		-100.0
	Idade	-.001	.137	.997	.999	-.1
	Masculino	.047	.311	.880	1.048	4.8
	Feminino					
	Analfabeto/Funcional	.621	1.232	.614	1.861	86.1
	Fundamental Completo	.133	1.189	.911	1.142	14.2
	Médio Completo	-.160	1.174	.892	.852	-14.8
	Superior Completo					
	Até 2 Salários Mínimos	-.267	.549	.627	.766	-23.4
	2 a 5 Salários Mínimos	-.849	.548	.121	.428	-57.2
	5 a mais de 20 Salários Mínimos					
	Avaliação Prefeito -	5.659	.845	.000	286.942	28594.2
	Avaliação Prefeito - Regular	2.750	.371	.000	15.645	1464.5
	Avaliação Prefeito - Bom/Ótimo					
	Avaliação Governador -	-.103	.631	.871	.902	-9.8
	Avaliação Governador - Regular	.137	.347	.693	1.147	14.7
	Avaliação Governador -					
	Avaliação Presidente -	-.820	.978	.402	.440	-56.0
	Avaliação Presidente - Regular	.273	.457	.551	1.314	31.4
	Avaliação Presidente -					
N:419	Chi-Square/Sig.: 237,254/000	Nagelkerke: ,489		Classification:64,2%		

Walter Pinheiro (PT): na análise das variáveis sociodemográficas, as variáveis, faixa etária, escolaridade e renda não apresentaram significância. Por isso, foram excluídas da análise. Sendo que apenas a variável sexo mostrou significância. Eleitores do sexo masculino têm menor possibilidade (2,5%) de votarem em Walter Pinheiro do que em João Henrique se comparado às mulheres.

Em relação às variáveis satisfacionistas é possível perceber que os eleitores que avaliaram a administração municipal como péssima/ruim têm 26,087 % de chances de votar em Walter Pinheiro do que em João Henrique, se comparado aos eleitores que avaliaram a gestão do incumbente João Henrique como boa/ótima. Eleitores que avaliaram a administração municipal como regular têm 1.218% de chances de votar em Walter Pinheiro do que em João Henrique, se comparado aos eleitores de avaliaram a gestão municipal como boa/ótima.

No entanto, nota-se que os eleitores que avaliaram a administração estadual como péssima/ruim têm menor possibilidade (menos 57,2%) de chances de votar em Walter Pinheiro do que em João Henrique, se comparado aos eleitores que avaliaram a administração estadual como boa/ótima. Eleitores que avaliaram a administração estadual como regular têm menos possibilidade (menos 23,9 %) de chances de votar em Walter Pinheiro do que em João Henrique, se comparado aos eleitores que avaliaram a administração municipal como boa/ótima.

Em relação à satisfação com a administração federal, nota-se que eleitores que avaliaram a administração federal como péssimo/ruim têm menos possibilidade (menos 80,0%) de chances de votar em Walter Pinheiro (PT) do que em João Henrique (PMDB), comparado aos eleitores que consideraram a administração federal como boa/ótima. Eleitores que avaliaram a administração federal como regular têm menos possibilidade (menos 75,1%) de chances de votar em Walter Pinheiro do que em João Henrique, se comparado aos eleitores que avaliaram a gestão federal como boa/ótima.

ACM Neto: as variáveis sociodemográficas não apresentaram significância por isso, não foram analisadas. Quanto às variáveis satisfacionistas, eleitores que avaliaram a administração municipal como péssima/ruim têm 28.594,2 % de chances de votar em ACM Neto do que em João Henrique, se comparado aos eleitores que o avaliaram como bom/ótimo. Eleitores que avaliaram a gestão municipal como regular têm 1,464,5% de chances de votar em ACM Neto do que em João Henrique, se comparado aos eleitores que avaliaram a administração como boa/ótima.

Eleitores que avaliaram a administração estadual como péssima/ruim têm menos possibilidades (menos 9,8%) de chances de votar em ACM Neto do que em João Henrique, se comparado aos eleitores que avaliaram a administração estadual como ótima. Eleitores que avaliaram a administração estadual como regular têm 14,8 % de chances de votar em ACM Neto do que eleitores que avaliaram a gestão estadual como boa/ótima.

Em relação à avaliação da administração federal, eleitores que avaliaram a administração federal como péssima/ruim têm menos possibilidade (menos 56,0%) de chances de votar em ACM Neto do que em João Henrique, se comparado aos eleitores que consideraram a gestão do presidente Lula como bom/ótimo. Eleitores que avaliaram a administração federal como regular têm 31,4 % de chances de votar em ACM Neto do que em João Henrique, se comparado aos eleitores que avaliaram a administração federal como bom/ótimo.

O Segundo Turno

No primeiro turno a disputa foi acirrada, o que deixou o segundo turno com todos os ingredientes para um fato inédito na eleição de Salvador, pela primeira vez nenhum representante do “carlismo” estava presente no pleito.

Assim como aconteceu nas eleições de 2004, o êxito da campanha de João Henrique, em 2008, foi resultado da sua capacidade de fazer alianças à esquerda e à direita, consolidando-se como alternativa ao carlismo e ao anticarlismo, conforme Oliveira, Francisco e Storni (2010).

Sendo que um dos principais apoios recebidos por João Henrique foi o de ACM Neto no segundo turno, dada à importância política e histórica do carlismo na Bahia e em Salvador.

No entanto, ao contrário do que aconteceu em 2004, dessa vez, João Henrique (PMDB) encontrou na coligação liderada por ACM Neto (DEM) o apoio decisivo para bater Pinheiro (PT). De acordo com Oliveira, Francisco e Storni (2010), com o apoio da direita, o prefeito João Henrique pode responsabilizar os ex-aliados da esquerda pelos alegados fracassos da sua gestão, como também transferir para seus antecessores os passivos dos problemas que ainda perduravam na cidade.

No decorrer do 2.º turno João Henrique foi ganhando a confiança dos eleitores e fazendo com os mesmos fizessem um cálculo retrospectivo. O eleitor faz um cálculo da gestão anterior, nesse caso João Henrique, e faz uma análise dos benefícios recebidos pela gestão do mandatário e candidato à reeleição e dos outros candidatos e analisa a melhor opção.

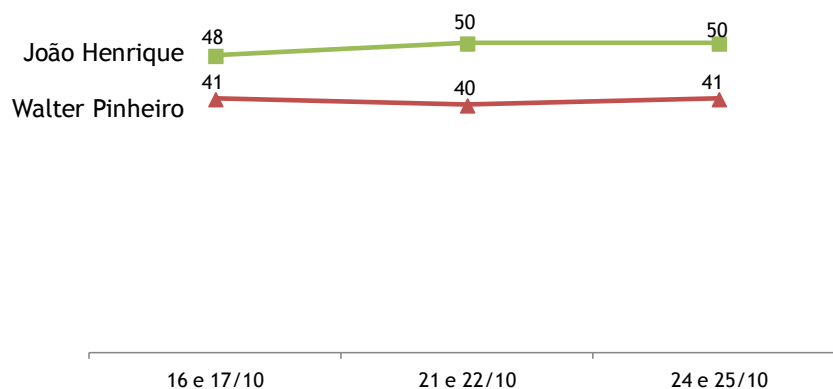


Gráfico 8 - Evolução da intenção de voto 2º turno²⁰:

Fonte: Datafolha - Elaborado pela autora.

De acordo com o gráfico de evolução das intenções de voto é possível perceber que no segundo turno o candidato à reeleição João Henrique obteve um aumento nas intenções de voto. No entanto, as intenções de voto de Walter Pinheiro (PT) se mantiveram no mesmo patamar do início do segundo turno.

Tabela 14 - Resultado oficial 2.º turno, Salvador - 2008:

Candidato	Partido	Nº de votos	% de votos
João Henrique		753.487	58.46%
Walter Pinheiro		535.492	41.54%

Fonte: TSE - 2008.

O resultado do segundo turno foi a vitória de João Henrique (PMDB), com 58,46 % dos votos válidos (753,487) contra 41,54% de Walter Pinheiro (PT), que representaram 535,492votos.

²⁰ Dados compilados das pesquisas eleitorais realizadas pelo Instituto Datafolha. Disponível em: <http://datafolha.folha.uol.com.br/po/ver_po.php?session=772>.

Tabela 15– Variáveis Sociodemográficas:

Atributo		João Henrique	Walter Pinheiro
Escolaridade	Analfabeto	58%	42%
	Ensino Fundamental	50%	51%
	Ensino Médio	54%	46%
	Ensino Superior	53%	47%
Faixa Etária	16-24 anos	51%	49%
	25 a 34 anos	52%	48%
	35 a 44 anos	56%	44%
	45 a 59 anos	53%	47%
	60 anos ou mais de	62%	39%
Renda Familiar	Até 2 SM	53%	47%
	Mais de 2 até 5 SM	59%	42%
	Mais de 5 a 20 SM	48%	52%
	Mais de 20 SM	40%	60%
Sexo	Masc	54%	46%
	Fem	54%	46%

Fonte: Datafolha, 21-22/10 de 2008 N – 960.

Na tabela 15, vemos a associação entre as variáveis sociodemográficas e as intenções de voto no segundo turno. Porém, nenhuma das variáveis apresentou significância, sendo assim estas foram excluídas da análise.

Na tabela abaixo temos a associação entre as intenções de voto e a satisfação com a administração nas três esferas, municipal, estadual e federal. Em comparação com o primeiro turno, os percentuais de eleitores que aprovavam a administração do prefeito e sinalizavam que votariam por sua reeleição manteve-se o mesmo.

Tabela 16 – Variáveis Satisfacionistas:

Atributo		João Henrique	Walter Pinheiro
Avaliação do Prefeito	Ótimo	90%	10%
	Bom	81%	19%
	Regular	44%	56%
	Ruim	15%	85%
	Péssimo	6%	94%
Avaliação do Governador	Ótimo	39%	61%
	Bom	40%	60%
	Regular	57%	43%
	Ruim	64%	36%
	Péssimo	75%	25%
Avaliação do Presidente	Ótimo	39%	61%
	Bom	57%	43%
	Regular	62%	38%
	Ruim	78%	22%
	Péssimo	76%	24%

Fonte: Datafolha, 21-22/10 de 2008 N = 960.

Os eleitores que avaliaram a administração de João Henrique positivamente, como ótima e boa, tenderam a intencionar seus votos para o candidato peemedebista, representando respectivamente, 90% e 81% das intenções de voto das categorias.

No entanto, eleitores que avaliaram a administração municipal negativamente, ruim e péssimo, tendiam a votar no candidato da oposição, Walter Pinheiro, apresentando respectivamente, 85% e 94% das intenções de voto, de cada uma das categorias.

Em relação à associação entre a satisfação com a administração estadual e as intenções de voto, é possível perceber que eleitores que avaliaram a administração de Jacques Wagner (PT) positivamente, entre ótimo e bom, representam respectivamente, 61% e 60% das intenções de voto de Walter Pinheiro (PT).

No entanto, eleitores que avaliaram a administração estadual negativamente, ruim e péssimo, demonstraram a intenção de votar no candidato João Henrique (PMDB), representando respectivamente, 64% e 75% das intenções de voto dessas categorias.

Por fim, apresentamos o cruzamento entre as intenções de voto e a avaliação do presidente. Em relação à satisfação com a administração do (então) presidente Lula é

possível perceber que eleitores que o avaliaram como ótimo, tenderam a intencionar seus votos para Walter Pinheiro (PT), representando 61% das intenções de voto da categoria.

Houve uma inclinação de votos para João Henrique à medida que os eleitores que avaliavam negativamente a administração federal, como regular, ruim e péssima, representando respectivamente, 62%, 78% e 76% das intenções de voto de cada categoria pretendiam intencionar seus votos para o oponente peemedebista.

Apresentada abaixo a tabela de regressão do segundo turno, esse modelo analítico faz um comparativo entre os dois candidatos. Para que o resultado desse teste fosse mais preciso foi necessário adequar algumas categorias, nesse caso escolaridade e renda.

Tabela 17 – Modelo de Regressão Logística Binária –Voto em João Henrique:

Variáveis	B	Wald	Sig.	Exp(B)	% de Chance
Idade	.010	.283	.595	1.010	1
Sexo	.018	.012	.914	1.018	2
Escolaridade	.146	1.447	.229	1.157	16
Renda	-.001	.000	.995	.999	-.1
Avaliação Prefeito	1.761	164.766	.000	5.818	482
Avaliação Governador	-.573	23.186	.000	.564	-44
Avaliação Presidente	-.660	27.578	.000	.517	-48
N: 764; Sig.: .030; R2 (Nagelkerke): .521					

Fonte: Datafolha, 21-22/10 de 2008 N – 960.

Na tabela acima temos o modelo de regressão binária, o modelo possui dois grupos de variáveis, as sociodemográficas e as satisfacionistas, porém o primeiro grupo de variáveis não se mostrou significativo, não podendo assim analisá-los.

No grupo das satisfacionistas, tem-se a avaliação do prefeito, de acordo com o modelo, à medida que o eleitor aumenta uma unidade na avaliação do prefeito, aumenta 482% as chances de o eleitor optar pela reeleição do prefeito. Em relação à avaliação do governador, o aumento de uma unidade em sua avaliação, significa redução de 44% de chances de o eleitor votar em João Henrique. Por fim, a avaliação do presidente, o

aumento de uma unidade em sua avaliação, significa uma redução de 48% nas chances de votar João Henrique.

Tabela 18 - Modelo de Regressão Binária Binária –Voto em Walter Pinheiro:

Variáveis	B	Wald	Sig.	Exp(B)	% de Chance
Idade	-.010	.283	.595	.990	-1
Sexo	-.018	.012	.914	.982	-2
Escolaridade	-.146	1.447	.229	.864	-14
Renda	.001	.000	.995	1.001	.1
Avaliação Prefeito	-1.761	164.766	.000	.172	-83
Avaliação Governador	.573	23.186	.000	1.774	77
Avaliação Presidente	.660	27.578	.000	1.934	93
N: 764; Sig.: .030; R2 (Nagelkerke): .521					

Fonte: Datafolha, 21-22/10 de 2008 N – 960.

Assim, como ocorreu no modelo de João Henrique, neste modelo, para Walter Pinheiro, foram analisadas apenas as variáveis satisfacionistas. A primeira diz respeito a avaliação da administração do prefeito, segundo o teste, a medida em que o eleitor aumenta uma unidade na avaliação do prefeito, ocorre uma redução de 83% de possibilidade de votar de Walter Pinheiro. Em relação à avaliação do governador, o aumento de uma unidade na sua avaliação, significa aumento de 77% de chances de o eleitor votar em Walter Pinheiro. Da mesma forma ocorreu com a avaliação da administração do presidente, o aumento de uma unidade de sua avaliação, significa um aumento de 93% de chances de votar no candidato petista Walter Pinheiro.

Síntese de Salvador

Uma característica da eleição municipal de 2008 foi a de ter os carlistas como expectadores da disputa eleitoral. O embate se deu entre dois candidatos que não eram representantes dessa força política que sempre foi muito influente na política baiana. A disputa foi entre Walter Pinheiro (PT) representante da oposição e como situação João Henrique (PMDB) candidato a reeleição. A eleição de Salvador que sempre foi marcada por duas forças políticas, em 2008, foi determinada pelo embate entre partidos políticos.

A partir dos dados das pesquisas de intenção de voto do primeiro turno, o que se observou foi que as determinantes do voto não foram delimitadas a partir de variáveis sociodemográficas, como observado em São Paulo. Em Salvador, não havia uma tendência do voto em nenhuma categoria específica.

A decisão da eleição no segundo turno é outro fator que não era típico de Salvador e assim como também não era o embate entre correntes políticas não carlistas. A disputa foi para o segundo turno entre o candidato a reeleição João Henrique e o petista Walter Pinheiro.

Nos aspectos sociodemográficos, João Henrique, obteve a intenção de voto, ainda que pequena, de eleitores de renda e escolaridade mais elevada.

No segundo turno, João Henrique, o mandatário usou como estratégia de campanha, dando ênfase aos aspectos positivos de sua administração do município, enquanto Walter Pinheiro correu atrás do prejuízo e colou sua imagem a do governador Jacques Wagner (PT).

De acordo com Oliveira, Francisco e Storni (2011), “a campanha de reeleição foi marcada por três características: 1) a defesa dos quatro anos à frente da prefeitura; 2) a tentativa de convencer o eleitor de que era ungido pelo presidente Lula, pelo governador Jacques Wagner e por nove ministros de Estado, sobretudo Geddel Vieira Lima; 3) por uma estratégia de prestar contas de sua gestão, ao mesmo tempo que prometia futuras realizações.”

No segundo turno, ocorreu uma alteração no direcionamento dos votos. As intenções de voto de Walter Pinheiro (PT) tiveram uma inversão, se comparado com o primeiro turno. No primeiro turno, o candidato petista Walter Pinheiro obteve favorecimento entre os eleitores mais jovens, entre as mulheres, eleitores de escolaridade e renda baixa da forma que conforme aumentava a escolaridade diminuía as chances de voto de Walter Pinheiro. Entretanto, no segundo turno, houve uma diminuição das chances de voto de Walter Pinheiro em todas as categorias e uma inversão nas categorias. Pinheiro obteve favorecimento entre os eleitores homens, de escolaridade média e de renda elevada. No primeiro turno, Walter Pinheiro obteve um percentual maior de intenções de voto entre eleitores de renda baixa, no segundo turno, Pinheiro obteve mais chances de votos entre eleitores das faixas de renda mais elevada.

Na análise das variáveis satisfacionistas ou de avaliação de governo, eleitores que avaliaram a administração do incumbente João Henrique negativamente, tendiam a

intencionar seus votos para Walter Pinheiro (PT). No entanto, à medida que a avaliação de João Henrique se tornava positiva, diminuía as chances de voto de Walter Pinheiro.

No que diz respeito à avaliação da administração (nas três esferas), eleitores que avaliaram a gestão do incumbente João Henrique (PMDB) de forma negativa, tenderam a intencionar seu voto para o candidato petista, conforme aumenta a satisfação com a administração municipal diminuem as chances de voto de Walter Pinheiro. Restou a João Henrique a tarefa de reverter o quadro e foi o que ele fez, procurou diminuir a sua rejeição junto ao eleitorado ao longo da campanha.

A avaliação positiva do mandatário João Henrique foi evoluindo ao longo da campanha. De acordo Oliveira, Francisco e Storni, 2011, p. 145: “O prefeito João Henrique teve uma evolução interessante, no sentido de não ser bem avaliado no início do período de campanha (4,7), mas apresentando uma evolução até o final da disputa (6,0). Apesar de a nota do prefeito não ter passado de 6,0, sua ascendência apresentou uma tendência crescente [...]”.

Em relação à avaliação da administração estadual, eleitores que avaliaram o governador Jacques Wagner (PT) negativamente têm menos chances de votar em Walter Pinheiro (PT). O mesmo impacto ocorre com a variável avaliação do presidente, eleitores que avaliaram negativamente o governo do então presidente Lula tendiam a intencionar seus votos para João Henrique (PMDB), a medida que aumentava a avaliação do presidente aumentavam as chances de voto de Walter Pinheiro (PT).

Considerações Finais:

A partir da análise das determinantes do voto em contextos locais procuramos analisar a relação entre duas capitais, chegamos as seguintes conclusões:

- As variáveis sociodemográficas, que pela literatura sociológica são reconhecidamente fatores determinantes para o voto, desempenharam um papel importante na eleição de São Paulo. No primeiro turno, os fatores faixa etária, grau de escolaridade e renda foram determinantes para direcionar os votos de eleitores para Marta Suplicy (PT), o que não ocorreu no segundo turno. No entanto, na eleição de Salvador, esse grupo de variáveis não se mostrou impactante em nenhum dos turnos, estas não foram responsáveis pela concentração de votos dos candidatos. Podemos dizer que em São Paulo o voto sociodemográfico foi um preditor do voto e em Salvador, as variáveis de satisfação foram mais importantes.

- Em relação às variáveis satisfacionistas, tanto em São Paulo como em Salvador, os prefeitos colocaram à prova a avaliação de seus governos. De acordo, foi possível referendar a frase “prefeito bem avaliado é prefeito eleito”, conforme Veiga, Santos e Neves (2011) apontaram.

Dessa forma, podemos dizer que o eleitor fez um cálculo racional, analisando a gestão do atual prefeito e candidato à reeleição em seu município que nestes casos traduziu-se na opção pela reeleição.

Em relação ao governo estadual, sugere-se que a avaliação da gestão é importante, porém não tem o mesmo impacto que a avaliação do prefeito, bem como o impacto da avaliação do Presidente da República é reduzida quando se contrasta com a do prefeito.

Na capital paulista, os eleitores que aprovaram a administração de Alckmin (PSDB), demonstravam intenção em reeleger o candidato democrata, Gilberto Kassab, enquanto que, em Salvador, o governador Jacques Wagner (PT) não conseguiu transferir sua influência para o correligionário político Walter Pinheiro (PT), no segundo turno.

Podemos concluir que mesmo sendo capitais de perfis socioeconômicos e histórias e conjunturas políticas distintas, a avaliação de governo, principalmente, municipal, foi o principal preditor para a escolha eleitoral, dentre as variáveis em

análise. Isso ocorreu mesmo considerando as características socioeconômicas do eleitorado, que demonstraram impacto na predição do voto apenas em São Paulo e que ainda assim tiveram seu efeito reduzido no segundo turno do pleito.

Esse estudo responde algumas questões, porém existem outras que precisam ser trabalhadas, que, dada a limitação do material empírico, não foram abordadas neste trabalho. Seguem abaixo sugestões para uma agenda de pesquisa visando se aprofundar na temática:

- Sofisticar o modelo explicativo do voto com a inclusão de outras variáveis que seriam responsáveis pela compreensão de fatores conjunturais, por exemplo, a análise da campanha eleitoral e do Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE) e outras variáveis relacionadas ao contexto cultural, principalmente em ambiente marcado historicamente pelo predomínio de um determinado grupo político nas instâncias do Estado, como é o caso de Salvador. As variáveis sócio-demográficas podem ser limitadas para se aferir os contextos históricos contextuais abordados pela corrente sociológica de explicação do voto.

- Aprofundar a compreensão do peso que cada avaliação de governo, municipal, estadual e federal, possui no processo decisório em uma eleição local.

- Aprofundar a discussão sobre as teorias do comportamento eleitoral e da racionalidade do voto em contextos clientelistas. Até que ponto as avaliações das gestões não estão embasadas em fatores culturais?

Referências Bibliográficas:

ANASTASIA, Fátima, Brasil, **Dos décadas de democracia**, Revista de Ciência Política, vol.29, n.º 2, Santiago, 2009. p. 275 – 300.

BAHIA, Luiz Henrique Nunes. **Raizes e fundamentos de uma teoria de troca política assimétrica/clientelística**. Rio de Janeiro, Tese (Doutorado em Ciências Humanas: Ciência Política) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1997.

BECKER, Gary. **The Economic Approach to Human Behavior**. Chicago: The University of Chicago Press, 1990. p. 3-14.

BERELSON, B. GAUDET, H. **The people choice: How the voter makes up his mind in a Presidential Campaign**. Columbia University Press, 1964.

BERELSON, B. R., LAZARFELD. P. F., McPHEE, W. N., **Voting, A Study of Opinion Formation in a Presidential Campaign**. Chicago: The University of Chicago Press, 1954.

BUCHANAN, James M. and TULLOCK, Gordon. **The Calculus of Consent. Logical Foundations of Constitutional Democracy**. Indianapolis:Liberty Fund, 2004.

BORBA, Julian. et al. A eleição de 2008 para prefeito em Florianópolis. In BAQUERO, Marcello e CREMONESE, Dejalma (org), **Eleições municipais 2008: uma análise do comportamento eleitoral brasileiro**. Ujuí, Editora Unijuí, 2009, p. 83-118.

CAMARGOS, Malco. **Do bolso as urnas - A influência da economia na escolha entre Fernando Henrique e Lula nas eleições de 1998**. Orientador: Marcus Faria Figueiredo. Dissertação (mestrado) – IUPERJ, 1999.

CAMARGOS, Malco Braga, **Economia e Voto: Fernando Henrique versus Lula, 1998**, in: TELLES, Helcimara; LUCAS, João Ignácio (orgs), **Da Rua às Urnas**, Caxias do Sul: Educs, 2003.

CARREIRÃO, Yan. **A decisão do voto nas eleições presidenciais**. Florianópolis: Editora da UFSC, Editora FGV, 2002.

CASTRO, Mônica. M. M. 1994. **Determinantes do comportamento eleitoral. A centralidade da sofisticação política**. Tese (Doutorado em Sociologia). IUPERJ, Rio de Janeiro, 1994

CHAIA, Vera et al. **São Paulo: embate partidário, mídia e comportamento eleitoral**. in SILVEIRA, Flavio Eduardo (org), **Estratégia, Mídia e Voto**. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2002. p. 17-48.

DANTAS NETO, Paulo Fábio. **Surf nas ondas do tempo: do carlismo histórico ao carlismo pós-carlista**. Cadernos do CRH (UFBA), Salvador, v. 39, p. 213-255, 2003.

DANTAS NETO, Paulo Fábio. (2003). **Carlismo e Oposição na Bahia Pós-carlista**. (<http://www.fundaj.gov.br/observanordeste/obed003j.pdf>).

DANTAS NETO, Paulo Fábio. **Fogo e Fumaça: a fabricação de um plebiscito nas eleições municipais de 2004 em Salvador e sua duvidosa consumação**. In Nordeste 2004 O voto das capitais: Análises Interpretativas dos Resultados Eleitorais nas capitais do Nordeste. Fundação Konrad Adenauer, Fortaleza, 2005.

DOWNS, Anthony. **Uma teoria econômica da democracia**. São Paulo: Edusp, 1999.

FIGUEIREDO, Marcus. **A decisão do voto: democracia e racionalidade**. Ed da UFMG, 2008.

FIORINA, Moris P, **Retrospective Voting in American National Elections**. New Haven and London, Yale University Press, 1981.

FLEISCHER, David. **As eleições municipais no Brasil: uma análise comparativa (1982-2000)** Opinião Pública, Vol.VIII, nº1, 2002, pp.80-105.

HUNTINGTON, S. **A ordem política nas sociedades em mudança**. São Paulo: Ed. Forense Universitária/ Editora da USP, 1975. pp. 13-105.

KEY Jr. V. O. **The Responsible Electorate: Rationality in Presidential Voting (1936-1960)**. Cambridge, Massachusetts, Harvard University Press. 1966.

KIEWIET, Roderick D. **Macroeconomics & Micropolitics**. Chicago, The University of Chicago Press, 1983.

KRAMER, G. H. **“Short-Term Fluctuations in U. S. Voting Behavior”**. *APSR*. Vol. LXV, nº 1. Mar: 131-143, 1971.

LAMOUNIER, B.; CARDOSO, F. H. (Orgs.). **Os partidos e as eleições no Brasil**. São Paulo: Cebrap; Paz e Terra, 1978.

LAVAREDA, Antonio. **Emoções Ocultas e Estratégias Eleitorais**. Rio de Janeiro, Ed Objetiva, 2009.

LAVAREDA, Antônio; Telles, Helcimara. **Como o eleitor escolhe seu voto Campanha e Voto**. Rio de Janeiro, Ed FGV, 2011.

LAZARSELD, Paul et al., **The People’s Choice**. New York: Columbia University Press, 1944.

LIMONGI, Fernando. Mesquita, Lara. **Estratégia partidária e preferência dos eleitores. As eleições municipais em São Paulo entre 1985 e 2004**. Revista Novos Estudos CEBRAP, na 81, julho, 2008, p. 49-64.

LIPSET, M. S. **O Homem Político**. Rio de Janeiro, Zahar, 1967.

PAIVA, D, KRAUSE, S., **Goiânia: voto partidário ou voto pela ética na política**, in SILVEIRA, Flavio Eduardo (org), **Estratégia, Mídia e Voto**. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2002. p. 227-262.

PRZEWORSKI, Adam. **Capitalismo e Social-democracia**. São Paulo, Ed Companhia das Letras, 1989.

OLIVEIRA, Cloves Luiz Pereira. **O choque político do ano. A imprensa e a eleição de Celso Pitta para a prefeitura de São Paulo de 1996**. Revista Civitas, Porto Alegre, 2008. maio-agosto, 258-282.

OLIVEIRA, L.P. Cloves, Francisco, Dalmir e Storni, Tiago Prata L. **Quanto vale um mandatário: Análise das estratégias discursivas dos candidatos à prefeitura de Salvador em 2008**. Paper apresentado no X Congresso Internacional da BRASA, Brasília, 2010.

OLIVEIRA, L.P. Cloves, Francisco, Dalmir e Storni, Tiago Prata L. **Quanto vale um mandatário? Estratégias de campanha e voto em Salvador**. In Lavareda, Antonio e Telles, Helcimara (orgs) Como o eleitor escolhe seu prefeito: Campanha e voto nas eleições municipais. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2011, p. 121-154.

RUBIM, Antônio A. **ACM: poder, mídia e política**. Comunicação & política , n.s., v.VIII, n.2, p.107-149. 2001.

RUBIM, Antônio Albino Canelas. **Salvador: permanência da hegemonia Carlista**. in SILVEIRA, Flavio Eduardo (org), **Estratégia, Mídia e Voto**. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2002. p. 17-48.

SINGER, André. **A direita e a esquerda e no Eleitorado brasileiro: a identificação ideológica nas Disputas Presidenciais de 1989 e 1994**. Edusp, São Paulo, 2002.

SOARES, Gláucio A. D. **Sociedade e política no Brasil**. São Paulo, Difel, 1973.

TELLES, Helcimara de S., LOURENÇO, Luiz Cláudio & STORNI, Tiago Prata L. 2009. **Partidos, campanhas e voto: como o eleitor decide nas municipais**. Sociedade e Cultura , Goiânia, v. 12, n. 1, p. 91-116, jan./jun. 2009.

_____; LUCAS, João Ignácio Pires (Orgs). **Das Ruas às urnas: partidos e eleições no Brasil contemporâneo**. Caxias do Sul: Educus, 2003.

TROUNSTINE, Jéssica. All Politics is Local: **The Reemergence of the Study of City Politics**. *Perspectives on Politics*. American Political Science Association, volume 7, number 3, September, 2009. p.611

VEIGA, Luciana Fernandes. Santos, Sandra Avi. NEVES, Daniela. **Como a avaliação do governo local, a imagem dos candidatos e a configuração da disputa influenciam na reeleição do prefeito: evidências oito capitais no Brasil em 2008**. In: IV Congresso Latino Americano de Opinião Pública da WAPOR, Belo Horizonte – MG, 2011. Disponível em: http://www.waporbh.ufmg.br/papers/Luciana_Veiga.pdf

VEIGA, L.F., SOUZA, N. R. e CERVI, E. **As estratégias de retórica na disputa pela Prefeitura de São Paulo em 2004: PT, mandatário, versus PSDB, desafiante**. OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, vol. 13, nº 1, Junho, 2007, p.51-74.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. Brasília: Editora UNB, 1991.

KITSCHOLT, Herbert e Steven I. Wilkinson. **Patrons, Clients and Policies: Patterns of Democratic Accountability and Political Competition**. Cambridge University Press, 2007.

Apêndice metodológico:

Dados Técnicos das pesquisas de intenção de votos utilizadas:

DATAFOLHA, INSTITUTO DE PESQUISAS. Intenção de Voto para Prefeito de São Paulo, 2º Turno – 16 e 17 de Outubro de 2008. (Banco de dados). São Paulo, 2008. In: Consórcio de Informações Sociais, 2010. Disponível em: www.cis.org.br. Acesso em 19/05/2011.

DATAFOLHA, INSTITUTO DE PESQUISAS. Intenção de Voto para Prefeito de São Paulo, 2º Turno – 21 e 22 de Outubro de 2008. (Banco de dados). São Paulo, 2008. In: Consórcio de Informações Sociais, 2010. Disponível em: www.cis.org.br. Acesso em 19/05/2011.

DATAFOLHA, INSTITUTO DE PESQUISAS. Intenção de Voto para Prefeito de São Paulo, 1º Turno – 03 e 04 de agosto de 2008. (Banco de dados). São Paulo, 2008. In: Consórcio de Informações Sociais, 2010. Disponível em: www.cis.org.br. Acesso em 20/11/2012.

DATAFOLHA, INSTITUTO DE PESQUISAS. Intenção de Voto para Prefeito de São Paulo, 1º Turno – 23 e 24 de agosto de 2008. (Banco de dados). São Paulo, 2008. In: Consórcio de Informações Sociais, 2010. Disponível em: www.cis.org.br. Acesso em 20/11/2012.

DATAFOLHA, INSTITUTO DE PESQUISAS. Intenção de Voto para Prefeito de São Paulo, 1º Turno – 21 e 22 de agosto de 2008. (Banco de dados). São Paulo, 2008. In: Consórcio de Informações Sociais, 2010. Disponível em: www.cis.org.br. Acesso em 20/11/2012.

DATAFOLHA, INSTITUTO DE PESQUISAS. Intenção de Voto para Prefeito de São Paulo, 1º Turno – 29 de agosto de 2008. (Banco de dados). São Paulo, 2008. In: Consórcio de Informações Sociais, 2010. Disponível em: www.cis.org.br. Acesso em 20/11/2012.

DATAFOLHA, INSTITUTO DE PESQUISAS. Intenção de Voto para Prefeito de São Paulo, 1º Turno – 04 e 05 de setembro de 2008. (Banco de dados). São Paulo, 2008. In: Consórcio de Informações Sociais, 2010. Disponível em: www.cis.org.br. Acesso em 20/11/2012.

DATAFOLHA, INSTITUTO DE PESQUISAS. Intenção de Voto para Prefeito de São Paulo, 1º Turno – 11 e 12 de setembro de 2008. (Banco de dados). São Paulo, 2008. In: Consórcio de Informações Sociais, 2010. Disponível em: www.cis.org.br. Acesso em 20/11/2012.

DATAFOLHA, INSTITUTO DE PESQUISAS. Intenção de Voto para Prefeito de São Paulo, 1º Turno – 17 e 18 de setembro de 2008. (Banco de dados). São Paulo, 2008. In: Consórcio de Informações Sociais, 2010. Disponível em: www.cis.org.br. Acesso em 20/11/2012.

DATAFOLHA, INSTITUTO DE PESQUISAS. Intenção de Voto para Prefeito de São Paulo, 1º Turno – 25 e 26 de setembro de 2008. (Banco de dados). São Paulo, 2008. In: Consórcio de Informações Sociais, 2010. Disponível em: www.cis.org.br. Acesso em 20/11/2012.

DATAFOLHA, INSTITUTO DE PESQUISAS. Intenção de Voto para Prefeito de São Paulo, 1º Turno – 29 e 30 de setembro de 2008. (Banco de dados). São Paulo, 2008. In: Consórcio de Informações Sociais, 2010. Disponível em: www.cis.org.br. Acesso em 20/11/2012.

DATAFOLHA, INSTITUTO DE PESQUISAS. Intenção de Voto para Prefeito de São Paulo, 1º Turno – 03 e 04 de outubro de 2008. (Banco de dados). São Paulo, 2008. In: Consórcio de Informações Sociais, 2010. Disponível em: www.cis.org.br. Acesso em 20/11/2012.

DATAFOLHA, INSTITUTO DE PESQUISAS. Intenção de Voto para Prefeito de Salvador, 1º Turno – 23 e 24 de julho de 2008. (Banco de dados). Salvador, 2008. In: Consórcio de Informações Sociais, 2010. Disponível em: www.cis.org.br. Acesso em 20/11/2012.

DATAFOLHA, INSTITUTO DE PESQUISAS. Intenção de Voto para Prefeito de Salvador, 1º Turno – 21 e 22 de agosto de 2008. (Banco de dados). Salvador, 2008. In: Consórcio de Informações Sociais, 2010. Disponível em: www.cis.org.br. Acesso em 20/11/2012.

DATAFOLHA, INSTITUTO DE PESQUISAS. Intenção de Voto para Prefeito de Salvador, 1º Turno – 04 e 05 de setembro de 2008. (Banco de dados). Salvador, 2008. In: Consórcio de Informações Sociais, 2010. Disponível em: www.cis.org.br. Acesso em 20/11/2012.

DATAFOLHA, INSTITUTO DE PESQUISAS. Intenção de Voto para Prefeito de Salvador, 1º Turno – 17 e 18 de setembro de 2008. (Banco de dados). Salvador, 2008. In: Consórcio de Informações Sociais, 2010. Disponível em: www.cis.org.br. Acesso em 20/11/2012.

DATAFOLHA, INSTITUTO DE PESQUISAS. Intenção de Voto para Prefeito de Salvador, 1º Turno – 25 e 26 de setembro de 2008. (Banco de dados). Salvador, 2008. In: Consórcio de Informações Sociais, 2010. Disponível em: www.cis.org.br. Acesso em 20/11/2012.

DATAFOLHA, INSTITUTO DE PESQUISAS. Intenção de Voto para Prefeito de Salvador, 1º Turno – 29 e 30 de setembro de 2008. (Banco de dados). Salvador, 2008. In: Consórcio de Informações Sociais, 2010. Disponível em: www.cis.org.br. Acesso em 20/11/2012.

DATAFOLHA, INSTITUTO DE PESQUISAS. Intenção de Voto para Prefeito de Salvador, 1º Turno – 03 e 04 de outubro de 2008. (Banco de dados). Salvador, 2008. In: Consórcio de Informações Sociais, 2010. Disponível em: www.cis.org.br. Acesso em 20/11/2012.

DATAFOLHA, INSTITUTO DE PESQUISAS. Intenção de Voto para Prefeito de São Paulo, 1º Turno – 03 e 04 de outubro de 2008. (Banco de dados). São Paulo, 2008. In: Consórcio de Informações Sociais, 2010. Disponível em: www.cis.org.br. Acesso em 20/11/2012.

IBOPE, INSTITUTO DE PESQUISAS. Intenção de Voto para Prefeito de São Paulo, 1º Turno – 23 e 24 de setembro de 2008. (Banco de dados). São Paulo, 2008.

IBOPE, INSTITUTO DE PESQUISAS. Intenção de Voto para Prefeito de Salvador, 1º Turno – 25 a 27 de setembro de 2008. (Banco de dados). Salvador, 2008.

IBOPE, INSTITUTO DE PESQUISAS. Intenção de Voto para Prefeito de São Paulo, 1º Turno – 23 e 24 de setembro de 2008. (Banco de dados). São Paulo, 2008.